



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1166/13	DATA: 21/08/2013
INÍCIO: 10h07min	TÉRMINO: 12h57min	DURAÇÃO: 02h50min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h50min	PÁGINAS: 60	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ÉRIKA GALVANI BORGES - Presidente substituta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.
BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Diretor do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
CLAUDIA REGINA BADDINI CURRALERO - Diretora do Cadastro Único da Secretaria de Nacional de Renda e Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome — SENARC/MDS.
JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA - Prefeito de São Felix do Araguaia - MT.
EMIVAL GOMES DE FREITAS, Prefeito de Porto Alegre do Norte - MT.
LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES - Prefeito de Alto Boa Vista - MT.

SUMÁRIO: Esclarecimentos acerca das consequências da desintrusão dos agricultores da gleba Suiá Missu, bem como sobre a adoção das providências necessárias para reduzir o sofrimento das famílias de trabalhadores.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Há intervenções fora do microfone ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da audiência pública destinada a obter esclarecimentos acerca das sequências da desintrusão dos agricultores da gleba Suiá Missu, no Vale do Araguaia, no Estado do Mato Grosso, bem como sobre a adoção de providências necessárias para reduzir o sofrimento das famílias e trabalhadores.

Convido, neste momento, para tomar assento nesta mesa a Sra. Érika Galvani Borges, Presidente Substituta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. *(Pausa.)* Convido também a Sra. Cláudia Regina Baddini Curralero, Diretora do Cadastro Único da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *(Pausa.)* Convido o Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos. *(Pausa.)*

Agradecemos a presença a todos.

Comunico que já tomaram seus assentos, na primeira fileira deste plenário — gostaria só que se levantassem para serem identificados —, os Srs. José Antônio de Almeida, Prefeito de São Félix do Araguaia; Emival Gomes de Freitas, Prefeito de Porto Alegre do Norte; Leuzipe Domingues Gonçalves, Prefeito de Alto Boa Vista, de Mato Grosso; e Edson Yuko Ogatha, o Japonês, Prefeito de Serra nova Dourada. Sejam bem-vindos.

Gostaria de agradecer, em nome de todos os membros da Comissão, a presença aos senhores, que prontamente aceitaram o convite para comparecer e prestar os esclarecimentos necessários nesta reunião.

Antes de iniciar a exposição, quero fazer os seguintes esclarecimentos. De acordo com o Regimento Interno desta Casa, o tempo reservado para cada convidado é de 15 minutos, prorrogáveis, se necessário for, não podendo ser apartado enquanto estiver o orador, nosso convidado, falando. Cada Deputado inscrito para interpelações poderá fazê-lo por 3 minutos. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, no mesmo prazo.

Antes de darmos início às falas dos expositores, solicitou a palavra o Deputado Valtenir Pereira, autor do requerimento. Foi esse Deputado que, inclusive,



ao fazer uma exposição nesta Comissão, passou um filme, trabalho que nos sensibilizou e nos convenceu a fazer esta audiência pública.

O assunto é muito sério, e, depois de muita discussão nesta Comissão, fizemos um acordo — é praxe na Casa buscarmos sempre o entendimento: com a aquiescência do Deputado Valtenir Pereira, no requerimento, transformamos a convocação em convite. Por isso agradecemos a presença aos nossos convidados e nos colocamos à disposição de todos.

Com a palavra S.Exa. o Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Cumprimento o Sr. Presidente, os nobres pares, os expositores que aqui vieram representando o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e também a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Quero saudar os Prefeitos da região do Araguaia. Estamos aqui com o Prefeito de São Félix do Araguaia, o Baú; com o Prefeito Leuzipe, de Alto Boa Vista; o Prefeito Emival, de Porto Alegre do Norte; e também o Prefeito Japonês, lá de Serra Nova Dourada.

Cumprimento também os moradores da gleba Suiá Missu e os moradores do Poço da Mata. Parte deles veio aqui também acompanhar esta audiência pública.

Primeiro, Sr. Presidente, eu quero aqui registrar que é uma pena que nós tenhamos convertido a convocação em convite. É de praxe, quando fazemos isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Isso foi acordado.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Foi acordado, mas nós esperávamos que pelos menos um dos três Ministros estivesse aqui. Não quero desmerecer nenhum dos três expositores que estão aqui, mas o objetivo maior é solucionar a questão, solucionar o problema.

Nós tivemos essas famílias jogadas ao vento, jogadas ao relento. Foi feita a desintrusão por conta de uma decisão judicial, mas, antes de essa decisão judicial acontecer, deveria ter havido um plano de realocação dessas famílias. Elas tiveram suas casas destruídas, jogadas ao chão. As casas foram construídas há mais de 20 anos, a duras penas, à custa de suor e de muito sacrifício, e, de repente, perderam tudo isso, inclusive a condição do ganha-pão do dia a dia. Perderam o pão nosso de cada dia, a condição de trabalhar. Por quê? Porque não tinham mais casa, não



tinham mais a profissão que realizavam, que era produzir na gleba Suiá Missu. Perderam essa condição e foram jogados ao vento.

O que nós fizemos? Fizemos uma visita à região, visitamos os Municípios. Encontramos lá os Prefeitos, que já têm dificuldade financeira para tocar o seu Município em condições normais, imaginem numa gleba com 7 mil pessoas sendo desalojadas. Como foram jogadas ao vento, elas foram exatamente para esses Municípios vizinhos da região.

O que aconteceu? Essas famílias foram morar de favor; essas famílias foram morar em barracões de igrejas, em centros comunitários, em situações como essa, sem falar no caos, porque elas não têm o ganha-pão. E as Prefeituras começaram, a duras penas, a ajudar com uma cesta básica, com muita dificuldade.

Algumas famílias, e nós estivemos no assentamento, foram assentadas. Nós fomos ao assentamento Casulo. Mas nós estivemos lá e observamos que foram assentadas em uma região que, quando é estiagem, seca tudo, não há água; quando vem a chuva, vira brejo. Então, como é que se vai produzir? Há situações de famílias que foram para barracos de lona lá no meio do mato recomeçar a vida. Falo de pessoas com 70 anos, 60 anos.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, como aqui os Parlamentares já tiveram oportunidade de ver o vídeo de 10 minutos, eu gostaria que, antes de os expositores iniciarem a sua apresentação, a sua fala, pudéssemos colocar esse vídeo para que eles pudessem observar a situação. E até mesmo os próprios Prefeitos que nos receberam lá nos seus Municípios também não tiveram conhecimento desse vídeo. Alguns moradores que vieram aqui também não tiveram conhecimento desse vídeo. Eu gostaria de exibi-lo.

Agora, qual é objetivo aqui desta nossa audiência pública? Nós queremos um plano de ação, uma organização, porque essas pessoas não podem continuar sofrendo como elas estão sofrendo. Os Prefeitos, vamos dizer, também têm dificuldades de acudir. As pessoas não têm moradia. Vamos pegar o Minha Casa, Minha Vida: as Prefeituras concorrendo normalmente no Minha Casa, Minha Vida. Mas vamos organizar uma demanda para essas famílias para podermos resolver essa situação.



Clientes da reforma agrária, nós temos aqui a representante do MDA, através do INCRA. Vamos dialogar nesse sentido com os Prefeitos e com os representantes para podermos avançar nesta Casa.

Então, o Parlamento está aqui. Eu quero aqui parabenizar o Presidente pela condução dos trabalhos, como vem conduzindo os trabalhos nesta Comissão, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Temos avançado muito, no sentido de resolver diversos problemas. E eu espero que o exemplo da Suiá Missu não aconteça em outras situações de demarcação de terras indígenas. Que sirva de parâmetro para que outras famílias não sofram, não padeçam como essas que padeceram e estão padecendo por conta de um plano de realocação dessas famílias.

Então, Sr. Presidente, esse é o meu pedido. Logo em seguida, ouviríamos os expositores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Acatada a sugestão de V.Exa.

Registro a presença do Deputado Ilário Marques, sempre bem-vindo à nossa Comissão. Está aqui também o Deputado Wolney Queiroz. Eu gostaria de registrar ainda a presença da Dra. Leatrice Mendonça de Oliveira, advogada de Santa Catarina, que nos visita nesta oportunidade.

Vamos ver o vídeo.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - É comovente nós assistirmos a esse videofilme. Parabenizo nosso colega Deputado Valtenir. Como diz um amigo meu, a vida prossegue, e vamos tentar encontrar saídas, soluções para que se evitem momentos como este.

Vamos iniciar a nossa audiência pública, passando a palavra à nossa primeira oradora, Érika Galvani Borges, Presidente Substituta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

V.Sa. terá até 10 minutos.

A SRA. ÉRIKA GALVANI BORGES - Bom dia a todos e a todas.

Saúdo especialmente os Prefeitos que vieram hoje discutir conosco, meu colega superintendente no INCRA, no Estado do Mato Grosso, Valdir Barranco, cuja



vinda solicitei, porque quem está perto do local sempre tem condições de dialogar mais proximamente à realidade.

Inicialmente eu quero prestar nossa solidariedade sempre a todo e qualquer tipo de sofrimento de privação que essas pessoas estejam passando e reafirmar que é o nosso compromisso, de fato, enquanto Governo Federal, lançar mão de todas as políticas públicas que temos para minimizar e buscar soluções definitivas para essa população que teve que ser retirada da terra indígena por uma decisão judicial.

Primeiro, eu quero remontar à fala do Deputado, agradecer o convite e dizer isto. O INCRA atua, para deixar bem evidenciado e não confundir muito os papéis, porque temos que ser cobrados pelas nossas responsabilidades, subsidiariamente em um processo de desintrusão de terras indígenas no País como um todo. À medida que há uma decisão de que aquelas terras indígenas são de fato indígenas, estão homologadas, existe um reconhecimento disso. Inicia-se, então, um processo de regularização fundiária desses territórios indígenas e procede-se à retirada da população de não índios que foi identificada lá dentro. O INCRA é acionado pela FUNAI durante esse processo e vai trabalhar em paralelo, em conjunto com a FUNAI, no sentido de identificar, dentro daquele público que precisa ser retirado de dentro de uma terra indígena, os chamados não índios, que seria, então, o público passível, com perfil de beneficiário para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

O Programa Nacional de Reforma Agrária funciona dentro de um escopo legal, que os senhores e as senhoras conhecem — se bobear, melhor do que eu —, e que segue uma serie de etapas e procedimentos. Ele não diferencia no processo se aquelas pessoas estão sendo retiradas de uma terra indígena ou se elas são, de fato, vamos dizer, o nosso público originário e padrão dentro da reforma agrária, que são os sem-terra, que normalmente acampam para buscar a luta pela terra.

Então, o procedimento que seguimos para assentar um sem-terra que está acampado sob uma lona preta é o mesmo procedimento que temos que seguir legalmente para também assentar as pessoas que porventura foram retiradas de uma terra indígena. Ou, mesmo, nós temos alguns casos de Unidades de Conservação, que são mais restritivas na questão ambiental.

Então, primeiro, lembramos isso e destacamos que não há como proceder de forma diferente. Temos o amparo legal, e temos que seguir esse amparo legal.



Nessa perspectiva, como nós atuamos principalmente na região de Alto Boa Vista, de Ribeirão Cascalheira, que é onde estava o pessoal mais impactado pela retirada da população da terra indígena? Nós atuamos completamente ligados às decisões judiciais.

Houve, naquela região, 619 notificações judiciais para retirada da população de dentro da gleba Suiá Missu da terra indígena Marãiwatsédé. Essas 619 notificações aconteceram tanto com a população rural, quanto com a população urbana. Os senhores podem ver até o relato do vídeo em que as pessoas disseram que viviam na vila urbana, onde havia uma papelaria, uma locadora. Então, de imediato, já caracterizamos parte do público que nem era perfil da reforma agrária inicialmente, porque tínhamos também uma população urbana convivendo ali. Tínhamos a população rural e a população urbana.

Dessa parte da população rural nós identificamos, na ocasião, 270 famílias com perfil de beneficiários para reforma agrária e também que, vamos dizer assim, optaram por esse procedimento no sentido de querer, de fato, tornar-se beneficiário. Nós temos casos também de pessoas que receberam uma indenização da FUNAI ou algo de benfeitoria e optaram por sair, mudar de região. Enfim, aí é o livre ir e vir. Eu acho que esse contingente é menor, mas também existem casos nesse sentido.

Essas 270 famílias foram identificadas como perfil de beneficiários de reforma agrária depois de um período longo de cadastramento. Permanecemos na região de outubro de 2012 até janeiro de 2013. Montamos inclusive um escritório lá no Posto da Mata. Primeiro, estávamos no Município; depois optamos para ir para o Posto da Mata justamente para oferecer condições a que essas pessoas se apresentassem a nós e nós tivéssemos condições de iniciar o processo de identificação e posterior assentamento dessas famílias.

Nessa perspectiva, nós oferecemos ali, de imediato, naquela ocasião, um assentamento que já tínhamos criado, se eu não me engano, no Município de Ribeirão Cascalheira, Santa Rita. Lá tínhamos cerca de 230 parcelas que já estavam demarcadas e disponíveis para assentar os beneficiários.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. ÉRIKA GALVANI BORGES - Por favor, acho que cada um vai ter seu tempo de falar. Peço ao Presidente da Mesa, então, que verifique isso.



Nessa perspectiva, nós ofertamos naquela ocasião esses lotes. Sobre o que houve eu não vou entrar no mérito. Eles já estão ali se manifestando, dizendo que a área não era boa. Mas o fato é que lá existe um assentamento, existem pessoas assentadas lá. Então, nessa perspectiva, ofertamos um número “x” de lotes, 230, e, de fato, a gente teve uma negativa grande da maior parte desse público de não querer e achar que aqueles lotes não atendiam às demandas que eles tinham ali. Então, esse público, embora tenha sido homologado como beneficiário da reforma agrária e conste hoje numa relação de beneficiários do INCRA, a gente vai precisar rever e retirar essas pessoas para que não se confundam os processos delas na frente. Houve essa disponibilização e essa negativa.

Nós abrimos outra frente junto à Prefeitura de Alto Boa Vista. O INCRA tem uma gleba grande naquela região, que é a Bandeirantes, e a gente fez um destaque. O Deputado citou aqui o Projeto Casulo, um projeto diferenciado, um projeto praticamente dentro do perímetro urbano da cidade, que a gente trabalha com outro tipo de lógica de implantação do processo de assentamento. Nessa parceria com a Prefeitura, a gente fez o destaque dessa gleba. A Prefeitura auxiliou no procedimento de abertura de estradas, para a gente parcelar e dar celeridade ao assentamento dessas famílias.

Nesse projeto, a gente conseguiu contemplar 92 famílias. E até onde fui informada, essas 92 famílias estão dispostas a ficar naquela região e ser assentadas no Projeto Casulo.

A gente já iniciou com essas 92 famílias um processo de liberação do crédito de apoio inicial. Estamos com técnico em campo nesta semana. Eles estão pagando o crédito, que é aquele primeiro crédito que o INCRA concede aos beneficiários da reforma agrária para uma instalação imediata, para que as pessoas consigam as condições mínimas para comprar comida, utensílio ou alguma coisa de que porventura precisam para se instalar e não ficar em condições tão precárias, como em algumas ocasiões foi mostrado no vídeo do Deputado.

Na mesma perspectiva, os assentados da reforma agrária hoje — não existe mais aquele crédito habitação do INCRA — foram todos inseridos no Programa Minha Casa, Minha Vida, na habitação rural no Grupo 1, que é aquele grupo com maior subsídios, de 96% da habitação. Nessa perspectiva, as pessoas do Projeto



Casulo já estão com as propostas da residência encaminhadas, protocoladas na Caixa Econômica Federal, já em análise para a liberação e início da construção das moradias.

O que eu quero dizer com isso? Que o nosso entendimento é que parte desse público a gente já vem atendendo e vem buscando cada vez mais tornar mais célere o processo e instalar essas pessoas, de fato, nesse assentamento.

Nós sabemos também, como foi mencionado por uma das pessoas que apareceu no vídeo, que em torno de 170 famílias acabaram se espalhando no entorno desses Municípios, parte delas recebeu a negativa de ficar nesse outro assentamento, que a gente ofertou inicialmente, e hoje precisa haver uma solução, um encaminhamento para elas.

É claro, gente, que nós vamos envidar todos os esforços para fazer esse encaminhamento. O INCRA já está promovendo na região e pelo que o Superintendente me informou, ele esteve lá por duas semanas, fez uma reunião com as famílias, buscando, diferente do público padrão da reforma agrária, que é aquele público acampado que vocês também conhecem bem, a gente vem dialogando com as famílias, tentando estabelecer um diálogo para buscar meios dentro do escopo da reforma agrária, porque eu não tenho como fugir à legislação agrária para tratar desse assunto, buscar soluções conjuntas. A gente já identificou outro assentamento na região, pois também houve uma negativa das famílias em relação a serem assentadas nessa área.

Há um terceiro assentamento agora cujo nome eu esqueci — parece-me que é gleba Macife — e, a princípio, as famílias estariam dispostas e indicariam que ali era uma região em que elas topariam entrar no procedimento da reforma agrária, a exemplo do pessoal do Projeto Casulo no Município de Alto Boa Vista.

Então, nós vamos iniciar um movimento dentro desse assentamento para rever as ocupações que estão lá. Provavelmente, há alguns lotes vagos, porque é uma região com a qual nós tivemos alguns problemas em outras épocas, e a gente vai começar a identificar essas áreas.

De qualquer maneira, trata-se de uma região em que, além do pessoal que foi retirado da terra indígena, nós também temos a demanda do beneficiário padrão da reforma agrária. A gente tem ali outro volume de pessoas, de público, que também



demandam terra para nós. Então, a gente faz prospecções naquela região e estamos dispostos a ampliar a nossa atuação no sentido de abrir, talvez, um edital para buscar terras e para gente conseguir assentar esse contingente de famílias que estão ali na região demandando estar, pelo menos, numa condição semelhante àquela em que foram retirados da terra indígena.

Então, sem entrar nos detalhes, nos méritos, há uma questão aqui ligada à cesta básica, em que atuamos também em parceria com o MDS, mas eu vou deixar que a Cláudia explique melhor, porque eu acho que é bem mais adequado.

De forma geral, nós, do INCRA, vamos reafirmar nosso compromisso. Entendemos que atuamos com responsabilidade dentro dessa ação. Nós não atuamos voluntariamente nesse processo; nós atuamos por uma demanda da Justiça. Em nenhum momento, saímos por aí voluntariamente dizendo: “*Não, vamos retirar as famílias*”. Enfim, não se trata disso.

A gente vem tentando o tempo todo buscar meios — a exemplo do que o Deputado diz aqui — para termos um plano mais eficaz para o reassentamento, mas tudo isso está ligado à questão agrária e à legislação que somos obrigados a seguir. A menos que isso mude, hoje eu não tenho nenhum subsídio legal e nenhum amparo que me permita uma celeridade maior do que a que, de fato, a gente já vem tentando promover na região.

Eu vou parar por aqui. Eu acho que a gente tem um debate para fazer. Quero mais uma vez reiterar o nosso compromisso e dizer que, além dos esforços que a gente já fez, em princípio existe uma parte dessas pessoas que ainda entendem que a gente precisa atuar mais fortemente, e estamos dispostos a atuar.

Eu quero reiterar isso e dizer, mais uma vez, sem querer discutir o mérito da questão, que atuamos subsidiariamente nessa questão — o nosso público original, na verdade, é outro — e que estamos, sim, solidários e numa atuação conjunta com o Governo Federal, completamente dispostos a pactuar soluções com o conjunto da sociedade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos e registramos a presença dos Deputados Eliene Lima, do PSD de Mato Grosso; Nilson Leitão, do PSDB também de Mato Grosso; Edson Santos; e Sibá Machado.



O SR. DEPUTADO JÚLIO CAMPOS - Presidente, eu quero registrar a presença do Deputado Júlio Campos, do Democratas de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Cabe lembrar que o Deputado Júlio Campos já foi Senador.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CAMPOS - Governador de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Foi Senador e Governador.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CAMPOS - Isso tudo começou no meu Governo. Conheço profundamente essa história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - V.Exa. depois, com certeza, irá colaborar com os nossos debates.

Registramos, portanto, a presença do Deputado Júlio Campos.

Passamos a palavra ao Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos. S.Sa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria agradecer a todos e a todas, à Comissão e ao Presidente Edinho Bez pelo convite à Ministra Maria do Rosário — ela não pôde estar presente nesta manhã por agendas já anteriormente designadas, mas queria trazer um abraço também à Comissão, em nome da Ministra Maria do Rosário —, bem como aos Prefeitos pela presença. Agradeço ainda pelo convite ao Deputado Valtenir, que esteve presente na Secretaria de Direitos Humanos e nos levou a situação após o processo de desintrusão de Marãiwatsédé. Gostaria de cumprimentar minhas colegas de Governo Federal, os demais colegas do Governo que se fazem presentes nesta reunião e todos os Deputados e Deputadas presentes.

A Secretaria de Direitos Humanos tomou conhecimento do processo de desintrusão ainda na fase de elaboração das ações que seriam desenvolvidas a partir da decisão judicial, como foi colocado aqui pela Presidente do INCRA, e, a partir daquele momento, nós começamos a monitorar aquele cenário. Para toda situação que envolvia a participação de forças de segurança federais, havia um planejamento instituído, visando ao cumprimento daquela decisão.

O processo não saiu nos formatos que dialogassem com uma conduta que observasse algumas questões relacionadas a direitos humanos, em especial a que



diz respeito aos grupos mais vulneráveis — crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência —, mas, dentro daquele cenário de resistência, houve a tentativa de que o processo se encaminhasse da forma mais pacífica possível. Infelizmente, houve momentos de tensão e conflito, que devem ser apurados.

Diante da denúncia apresentada pelo Deputado Valtenir à Secretaria de Direitos Humanos, quando foi recebido por nossa Secretária Executiva, Patrícia Barcelos, e por nós da Ouvidoria, nós acatamos de pronto. Sensibilizamos-nos com a situação em que estavam aquelas famílias.

A partir daquele momento, dentro das atribuições da Secretaria de Direitos Humanos, que articula as ações da política de direitos humanos no âmbito do Governo Federal, nós nos comprometemos a desenhar o diagnóstico da situação na qual aquelas famílias se encontravam. Nós nos colocamos à disposição para escutar todos os Prefeitos das cidades impactadas com a acolhida dos moradores de Posto da Mata.

Nós recebemos o Prefeito Leuzipe, que nos levou uma série de reivindicações. Nós o escutamos e disponibilizamos a nossa assessoria para entrar em contato com todos os Prefeitos, que foram acionados pela Secretaria de Direitos Humanos e as suas respectivas Secretarias Municipais de Assistência Social, os Conselhos Tutelares, a Secretaria de Educação e Saúde, que são os equipamentos públicos que acolhem o nosso público-alvo, o grupo com maior vulnerabilidade.

A partir dessas informações, nós começamos a desenhar o diagnóstico, pautado em quatro eixos específicos que demonstram a vulnerabilidade em que as famílias ainda se encontram e nas ações efetivas articuladas pelo Governo, para que a gente consiga mitigar esse cenário de violação.

Reitero aqui a fala da Presidenta do INCRA, quando diz que a ação do INCRA é importante, mas é subsidiária às demais ações de Governo, que devem ser implementadas simultaneamente, visando à saúde, educação, alimentação adequada e segurança alimentar. Eu acho que são eixos em que devemos avançar, e espero que saiam desta reunião encaminhamentos precisos no sentido do fortalecimento da rede de equipamentos públicos para essas famílias na região e para os quais o diagnóstico aponta um pouquinho — eu vou descrever alguns pontos.



Em relação aos Municípios que nós desenhamos e em que levantamos algumas informações, estão os Municípios de Alto Boa Vista, que foi o mais impactado; Bom Jesus do Araguaia; São Félix do Araguaia; Serra Nova Dourada; Porto Alegre do Norte; e Confresa. Então, nós fizemos o levantamento quantitativo de famílias afetadas, de acordo com o cadastro no CadÚnico do INCRA, no Município de Alto Boa Vista, onde foram acolhidas 272 famílias vindas de Posto da Mata. Mais de 400 famílias chegaram num primeiro momento e foram se dispersando para outros Municípios.

Num primeiro momento, essas famílias ficaram em escolas, em quadras cobertas, enfim, houve um arranjo por parte da Prefeitura para abrigar essas famílias, mas, logo em seguida, foram se dispersando. Como foi dito aqui, tanto pelo Deputado, quanto pela Presidenta, o Projeto Casulo foi colocado, num primeiro momento, à disposição daquelas famílias, e 97 famílias se deslocaram e foram instaladas no Município. Entre essas, parece-me que cerca de 20 a 30 famílias permanecem ainda no Projeto Casulo.

A reclamação e a denúncia que chegaram é que no Projeto Casulo hoje não há condições, não há equipamentos públicos suficientes para garantir a permanência dessas famílias no local. Sabemos que parte da responsabilidade na construção e equipagem desses espaços de atendimento é uma ação que demanda uma articulação do Governo Federal. Mas nós percebemos também, de acordo com o diagnóstico, a necessidade do envolvimento também do Governo do Estado, no que diz respeito à saúde e à educação na formatação desses equipamentos.

No projeto, há capacidade para 300 famílias, e a nossa preocupação também se dava em torno das crianças e dos adolescentes que precisam de espaço para escola. Então, o Prefeito alugou um espaço que está servindo hoje como escola e está atendendo com alguma dificuldade as crianças e os adolescentes que demandam por escola.

Em relação à segurança alimentar, as famílias estão recebendo cestas básicas pela Prefeitura, além do Bolsa Família, o que tem garantido seu sustento. Então, as famílias que foram deslocadas para o Projeto Casulo, segundo informações do CREAS do Município de Alto Boa Vista, todas estão registradas no CadÚnico e estão recebendo o Bolsa Família.



Além de uma série de dificuldades em relação à empregabilidade na região, o que também agrava a situação, há todo um arranjo produtivo, e ainda não houve tempo hábil para se construir e garantir a efetiva condição de trabalho para aquelas famílias.

Em janeiro último, o Governo Estadual enviou 100 cestas, filtros e cobertores à comunidade, mas não houve mais auxílio por parte do Governo do Estado.

Há uma parceria no Município de Alto Boa Vista com a CONAB, que fornece peixe e frango para a Secretaria de Promoção Social, a qual inclui essas famílias de Posto da Mata no programa. Ademais, o gado da escola Greco serve leite para a comunidade nos sábados e domingos, sempre que sobra.

Nós percebemos que há um arranjo encabeçado pelo Prefeito, para tentar construir também com a rede produtiva local algum meio de subsistência e para garantir o fortalecimento em relação à segurança alimentar das pessoas.

No que diz respeito à infraestrutura, ainda não existe água canalizada e energia na localidade. As famílias estão em situação de séria vulnerabilidade. Então, há uma situação em que nós precisamos envolver — aí a participação do INCRA nesse cenário vai ser de fundamental importância — a rede que cuida do abastecimento de água e esgoto no Estado de Mato Grosso do Sul, a FUNASA, para que nós possamos viabilizar a água potável e o saneamento básico para as famílias ali no Projeto Casulo.

Com relação à assistência social, uma vez por semana uma equipe com representantes do CRAS, do CREAS, da Saúde e do Conselho Tutelar também tem visitado a região, e isso nos coloca numa posição que nos permite fazer o monitoramento daquelas famílias. A Secretaria de Direitos Humanos tem feito contato constante com a rede CRAS, CREAS e com os Conselhos Tutelares para monitorar a situação de frequência escolar e se, de fato, essa política de assistência está chegando até a comunidade.

Esse levantamento também foi feito no Município de Bom Jesus do Araguaia — com informações fornecidas pelo Prefeito, pela Secretaria de Assistência Social, pelo Conselho Tutelar e pela Secretaria de Saúde —, onde nós identificamos 150 famílias. O Prefeito José Antônio, que está aqui, fez um loteamento com aproximadamente 90 lotes de 30.500 metros quadrados. Algumas famílias com



melhores condições estão construindo as suas casas, mas a grande maioria não tem recursos para construir. Alguns estão morando de maneira improvisada em barraco de lona. Então, a situação também é grave e urgente no Município de Bom Jesus do Araguaia.

Não houve ainda um projeto de loteamento urbano por parte do INCRA. Então, eu acho que a situação em Bom Jesus do Araguaia demanda atenção especial em relação às famílias que lá estão. No formato que a Presidenta colocou, temos que verificar se as famílias estão no perfil e, dentro da legislação vigente, se ela se enquadra ou não no projeto de reassentamento.

Aqui eles colocam que houve a inviabilidade de se obter o programa da Caixa, pois o terreno doado pela Prefeitura está fora do perímetro urbano, faltando documentação para formalizar o benefício.

Demanda-se, também, um esforço por parte do Município para agilizar a documentação para que a gente possa, de alguma forma, articular o acesso da Prefeitura aos benefícios da Caixa Econômica, no que diz respeito à construção de moradia.

Em relação à segurança alimentar, o Estado de Mato Grosso também disponibilizou cestas básicas, cobertores e filtros, mas apenas na primeira leva, tendo em vista que esse processo de violação é perene. Então, nós temos que conseguir, de alguma forma, viabilizar a continuidade do fornecimento do serviço.

A Prefeitura apresentou limitações orçamentárias para fornecer as cestas básicas. As famílias só recebem cestas básicas quando procuram diretamente a Secretaria de Assistência, haja vista que a cidade não tem estrutura para empregar as famílias, nem meios de prover sua subsistência.

Eu acho que é neste sentido que o diagnóstico tem que avançar, fazer uma verificação se, de fato, essas famílias já foram incluídas no CadÚnico, que nós conseguiríamos, assim, viabilizar, a exemplo do Município de Alto Boa Vista, também a distribuição das cestas básicas.

No que diz respeito à infraestrutura, ainda não existe água e energia na localidade, e as famílias estão também em situação de vulnerabilidade. Em relação à assistência social, a assistência tem feito um acompanhamento. Foi feito um levantamento de que há entre 12 e 14 pessoas, envolvendo idosos, crianças e



adolescentes, em situação de vulnerabilidade, todas morando em apenas uma casa, em situação de extrema vulnerabilidade.

Assim, a Prefeitura também apresenta dificuldade no sentido de viabilizar assistência para essas famílias.

No Município de São Félix do Araguaia, são 100 famílias que estão nessa região, com uma concentração no Distrito de Espigão do Leste, onde se concentram 65 famílias.

Em relação à terra, ainda não há um loteamento do INCRA, nenhuma doação de terra da Prefeitura, para o assentamento dessas famílias. Aproximadamente 20 famílias residem em um grande galpão de Espigão do Leste, que servia como salão de festas da comunidade, com divisórias de pano. Algumas alugaram, moram de favor, invadiram terras de Espigão e construíram seus barracos. Mas a situação em São Félix do Araguaia, em relação às 65 famílias, ainda é extremamente grave. Nós temos que também mapear essas famílias e ter um diagnóstico mais preciso em relação a cadastro único, em relação à lista de beneficiários da reforma agrária.

Em relação à segurança alimentar, há uma taxa de emprego significativo em Espigão do Leste, pois o Distrito tem uma plantação de soja e demanda por trabalho. Fora isso, a comunidade de Espigão do Leste tem doado vacas — uma vaca por semana — para as famílias deslocadas. Tentando algum arranjo, a própria comunidade tem-se articulado, Deputado Edinho, para garantir alguma forma de assistência a essas famílias.

A Ouvidoria não pode se ater a situações que são colocadas em relação à situação de vulnerabilidade que foi apresentada. As articulações têm sido feitas no sentido de buscar envolver os órgãos, tanto no âmbito do Governo Federal, mas, principalmente, no Governo do Estado. Os Prefeitos apresentaram uma série de dificuldades em garantir essa estrutura, e a Secretaria de Direitos Humanos vem tentando, sistematicamente, organizar.

Nós percebemos que, para além do arranjo e da solução do problema fundiário, nós temos que avançar na garantia de direitos, sobretudo daqueles mais vulneráveis, no que diz respeito à segurança alimentar, à infraestrutura, mas também envolver o INSS, buscando levantar a questão de aposentadoria e auxílios previdenciários nesse sentido.



O Município de Serra Nova Dourada também foi mapeado. Lá são 80 famílias, sendo que 30 famílias estão no cadastro único e 50 famílias ainda não se encontram cadastradas. Nós fizemos contato com as redes CRAS e CREAS para verificar. Havia um compromisso de resposta, para ver em que situação estariam essas outras 50 famílias.

Foram demarcadas terras para um loteamento urbano para as famílias do projeto junto ao INCRA. Foram designados 100 lotes no Município de Serra Nova Dourada e estão somente à espera do Programa Minha Casa, Minha Vida junto à Caixa Econômica para viabilizar a construção.

Em relação à infraestrutura, foi construído um poço artesiano no Distrito de Serra Nova Dourada, dentro dessa perspectiva do assentamento, e o Prefeito já está com um projeto de iluminação pública pronta — o Prefeito de Serra Nova está aqui —, aguardando a execução da Central Elétrica Mato-Grossense — CEMAT, para viabilizar luz para o assentamento, o que facilita para colocar bomba para se puxar água.

Em relação à alimentação adequada e aos direitos sociais, as famílias e seus membros estão recebendo assistência da Prefeitura, sendo que as crianças estão devidamente matriculadas na escola e vacinadas nos programas de saúde local.

As famílias que optaram por residir no Município de Serra Nova Dourada conseguiram fazer o cadastro nos projetos sociais que o Estado oferece e estão recebendo cesta básica da Prefeitura, bem como doações do comércio local.

Parece que no Município de Serra Nova Dourada — depois o Prefeito pode falar — foi feito também um arranjo. Imediatamente a equipe da Secretaria de Assistência viabilizou a estrutura e cadastrou todos nos programas de assistência do Governo.

No Município de Porto Alegre do Norte, são 82 famílias que estão cadastradas no CadÚnico. Essas famílias permanecem no Município em relação à terra, ao loteamento do INCRA. Essas famílias também já estão sendo amparadas. São 10 lotes para a colocação.

Em relação à alimentação adequada e aos direitos sociais, a equipe de CREAS, CRAS, Conselho Tutelar também têm monitorado essas famílias.



No Município de Compresa também foi feito levantamento. Setenta e oito lotes, com aproximadamente cem famílias, que não optaram por ficar na cidade, mas estão acampadas na BR. Assim, a assistência social está em estratégia para assisti-las, essas famílias que estão na BR. Parece-me que estão em situação de maior dificuldade.

Esse levantamento foi realizado no último mês, durante o mês de julho. Eu ainda não consegui pegar o resultado do monitoramento da última semana, para passar os informes aos senhores, mas o cenário dos Municípios que foram mais atingidos, pelas famílias que foram desintrusadas de Marãiwatsédé, é este, o que nos mostra que há necessidade de monitoramento e de envolvimento de outras esferas do Governo.

Esse trabalho a Secretaria de Direitos Humanos, o MDS, o INCRA, todos estão envidando esforços na construção desse arranjo, no diálogo constante com os Prefeitos, e o Deputado Valtenir tem nos ajudado nesse sentido.

É preciso colocar a Secretaria de Direitos Humanos, dentro das suas atribuições e competências, à disposição para construir a mitigação desse processo de vulnerabilidade e violação dos direitos humanos dessas famílias.

Colocamo-nos à disposição, Deputado Edinho, Deputado Valtenir, para subsidiar esta Comissão, com este relatório e com os que virão doravante, para que possamos envolver os demais órgãos e construir uma política de direitos humanos na região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao convidado Bruno Renato Nascimento Teixeira e passamos a palavra à Sra. Cláudia Regina Baddini Curralero, Diretora do Cadastro Único da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. S.Sa. tem a palavra por até 10 minutos.

A SRA. CLÁUDIA REGINA BADDINI CURRALERO - Bom dia a todas e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Se me permite apenas, com a aquiescência, registro a presença do nosso Prefeito de Nova Veneza, Evandro



Gava, com quem estive recentemente, nesse Município de Santa Catarina, num dos maiores eventos de gastronomia italiana. Seja bem-vindo, Prefeito.

Há mais 5 Prefeitos aqui, seus colegas. Está convidado a sentar conosco.

Desculpe-me, Sra. Cláudia Regina. V.Sa. tem a palavra.

A SRA. CLÁUDIA REGINA BADDINI CURRALERO - Sem problema.

Cumprimento a todos, ao Deputado Edinho, aos outros Deputados presentes e aos Prefeitos presentes.

É importante dizer que o Ministério de Desenvolvimento Social tem um compromisso com essas famílias que mais precisam, famílias mais vulneráveis que temos no Brasil. A porta de entrada dessas famílias para o acesso a programas como Bolsa Família e outros serviços voltados para essa população é o Cadastro Único para as políticas sociais, como já foi citado aqui.

Portanto, é importante falar um pouco sobre o que é o Cadastro. A inclusão de uma família no Cadastro Único se dá para toda a família que tenha renda *per capita* até meio salário mínimo. Com isso, nós temos hoje um volume bastante grande de famílias no Cadastro Único, o que não impede que façamos um esforço, que chamamos de Busca Ativa, na perspectiva de localizar famílias que ainda não estão incluídas no Cadastro Único, para que isso seja feito.

É importante ressaltar que todas as políticas do Ministério do Desenvolvimento Social e, entre elas, o cadastramento, o Programa Bolsa Família, se dão de forma descentralizada, assim como outras políticas sociais brasileiras. Então, nós trabalhamos numa parceria muito forte com as Coordenações Estaduais, com as Secretarias de Assistência Social, de Desenvolvimento Social, e também com as Secretarias Municipais.

Nós temos o nosso papel, trabalhamos articulando, regulamentando os processos todos com os Estados, que também apoiam a realização efetiva e a oferta de serviços e, entre elas, a inclusão e a atualização das famílias no Cadastro Único, que é um papel essencial dos Municípios.

Posto isso, é importante, então, colocar o que houve, o que nós já fizemos no sentido dessa ação específica.

Em outubro do ano passado, houve, inclusive, uma reunião em Cuiabá, Mato Grosso, onde nós, Governo Federal, fomos para trabalhar junto com a Coordenação



Estadual do Cadastro Único, na perspectiva, então, de mobilizar, de trabalhar com os Municípios para a promoção do cadastramento de famílias que ainda não estivessem incluídas no Cadastro Único.

Houve essa reunião e, na sequência, foram realizadas, de fato, essas articulações, segundo nos foi passado pela coordenação estadual. E, em contato com alguns Municípios, verificamos que houve cadastramento de famílias que não estavam; outras já estavam presentes.

Do ponto de vista do cadastramento, é possível que existam famílias ainda fora, embora a cobertura do cadastro seja muito grande, mas esse esforço vem sendo feito com diversas populações.

Então, o Ministério está muito aberto, inclusive tem sido muito proativo no sentido de ir atrás, a ideia de busca ativa é essa, fazer com que o Governo se mobilize e vá atrás das famílias. Esse é um processo que tem um papel muito importante dos Estados e dos Municípios, realizando a ação.

Nesse processo de buscar as famílias que ainda não estão cadastradas, é possível que a gente possa ainda trabalhar nessa região, incluindo-as no Cadastro Único para o Minha Casa, Minha Vida ,o Bolsa Família, entre outros programas, para que, então, essas famílias possam acessar uma série de serviços, além dos da assistência social que já foram postos aqui.

Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Social faz a distribuição de cestas de alimentos a partir de uma solicitação. Quando são feitas solicitações do INCRA e de outros órgãos, nós fazemos a entrega. Nesse caso específico, houve a entrega de 220 cestas para as famílias, e estamos também à disposição sempre que houver essa solicitação. É nosso papel. E nós fazemos a distribuição das cestas de alimentos também.

Então, o Ministério tem um compromisso essencial com essas famílias. Nós temos estimativas de famílias extremamente pobres, de famílias pobres que devem entrar no Cadastro Único, como um parâmetro a ser seguido, mas que não é rígido.

Portanto, sempre que houver a identificação de famílias, de pessoas, que nós estamos chamando de pessoas unipessoais, que devem ter perfil para entrar, essa entrada deve ser feita e também para o programa Bolsa Família. Todos sabem que



a elegibilidade para ser beneficiário do programa Bolsa Família é de 140 reais mensais *per capita*.

Então, são parâmetros de estimativas que nós temos e, pelo que verificamos, todos os Municípios praticamente têm essa possibilidade. Para os que não têm, existe uma flexibilidade também para que haja essa inclusão no Cadastro Único e, para quem tiver o perfil, para o recebimento do programa Bolsa Família.

Nós temos esse esforço com o Estado e podemos retomar isso com os Municípios. E, quanto à questão das cestas, a solicitação será sempre atendida por parte do INCRA.

Do que cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social é isso.

Estou à disposição de todos para maiores esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente Edson, eu quero usar da prerrogativa de Líder, para já poder falar.

(Não Identificado) - Passar a Presidência a quem lhe compete.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Deputado Edinho, eu quero usar já a prerrogativa de Líder e usar a palavra para poder adiantar, porque eu tenho mais dois compromissos. Se o senhor puder me ceder a palavra já, para depois escutar os Prefeitos, os demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - A Casa e a Comissão é do diálogo e do entendimento. V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Primeiro, quero cumprimentar todos da Mesa, o Deputado Valtenir, pela iniciativa, os Prefeitos, as Lideranças, o Deputado Júlio Campos, que se faz presente, e demais Deputados.

Eu estou Presidente da Subcomissão de Demarcação de Área Indígena nesta Casa e participei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Acabamos não citando o nome de V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não tem problema. Deputado Nilson Leitão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Deputado Nilson Leitão, exatamente.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - E também fiz parte da Comissão Externa, coordenada pelo Deputado Wellington Fagundes, ainda no debate dessa questão da Suiá Missu. Então, estivemos *in loco*, participamos de vários momentos e acompanhamos a agonia do processo ainda em andamento.

Esse debate da FUNAI, da expropriação, tudo isso é um assunto que não cabe mais a esta Comissão nem aos atores que dela fazem parte. Nós estamos ainda nessa briga com o Ministério da Justiça, com a Justiça, com o Poder Judiciário, mas eu não aceito mais o Governo alegar que não há mais o que fazer em relação às ações judiciais. Toda ação judicial tem duas partes: uma delas é o Governo; a outra são os produtores, ou os assentados, ou seja lá quem for.

O que causa estranheza e até um certo repúdio é perceber que, mesmo com a boa vontade de quem está participando desta audiência, mas não tem o poder da caneta, como têm o Ministro, a Ministra e a própria Presidenta da República... E nos debates com a Ministra Gleisi Hoffmann — inclusive a convoquei, já está aprovado o requerimento, e ela deve vir novamente a esta Casa, em menos de 30 dias, para falar dessas questões —, ela promete a suspensão das demarcações para discutir esse novo modelo que o próprio Governo reconhece que está errado, mas não suspende; fala, mas não faz. A minha preocupação é que eu percebi aqui — e foi mais ou menos uma frase usada pelo Deputado Valtenir — que foi tirado de uma quantidade importante de famílias o seu meio de subsistência. Não foi dos seus lares, não foi da sua casa, não foi do programa Minha Casa, Minha Vida, não foi do programa Bolsa Família (*palmas*), mas do meio de subsistência, do comércio, da área rural. Noventa por cento dessas pessoas que moravam na cidade tinham seu meio de subsistência na área rural, na sua chácara, no seu sítio, viviam daquilo ali. Dar-lhes uma casa em Porto Alegre, ou em Serra Nova Dourada, ou em qualquer outra cidade não vai resolver o problema social. Isso não é discurso, nem quero aplauso mais. Por favor, não aplaudam. Dar o Bolsa Família, antes ou depois de despejar, isso já acontecia. O cadastro do Bolsa Família acontece no Brasil de forma exacerbada. Eu fui Prefeito, o Governo chegou a pagar 6 reais por cadastro, em 2006 e 2007, para incentivar o cadastramento. Não é isso o que essas pessoas estão buscando.



O Governo não teve a competência e a capacidade de se organizar. Eu ouvi aqui que não conseguiram cadastrar todo mundo. Ora, o cadastro é o mesmo da notificação judicial, era só pegar a notificação judicial e fazer o cadastro, antes de despejar. Simples, estava pronto o cadastro. O mesmo oficial de justiça que foi lá poderia fornecer as informações ao MDS, e assim por diante e, dessa forma, ter resolvido o problema.

Agora, vocês estão falando uma frase de forma clara: *“Entrem na fila! Entrem na fila de milhares de brasileiros que estão passando pela mesma situação. Entrem na fila para acessar os programas de governo”*. Ora, alguma Prefeitura tem capacidade para atender isso?

Eu lembro, quando fui Prefeito de Sinop, que houve uma invasão dos sem-terra na minha cidade. O Ministério Público me notificou para dar remédio aos idosos que estavam invadindo, para colocar na escola as crianças, filhos daqueles que estavam invadindo, e eu não tinha orçamento preparado para aquilo, porque o INCRA não estava lá para resolver o problema, o Governo Federal não estava lá. Empurrar para o Município resolver é muito fácil. Cesta básica foi uma vez ou duas. O povo come todo dia de manhã, à tarde e à noite. Morar como estão morando? Eles foram jogados à beira da estrada... Repito, o Governo não teve competência para organizar o despejo de famílias brasileiras que estavam lá há 30 anos, sendo que 90% delas compraram as suas propriedades, não foi invasão, nem assentamento de Governo. Para 90% o Governo deu título, o Governo construiu equipamentos públicos como escola, posto de saúde. E se construiu é porque era legal, era verdadeiro. Decidiu-se depois, judicialmente, que não era, o mesmo Governo não deveria apenas passar a patola em cima da escola, como fez, destruindo o que foi feito com dinheiro público. Aliás, o Governo tinha que ser acionado para pagar esse prejuízo aos cofres públicos, prejuízo causado por ele mesmo.

O que a gente espera de mais uma audiência? Faz exatamente 8 meses que foram despejados; 8 meses é muito tempo. Imaginem um filho de vocês. Eu imagino um filho meu 2 dias fora de casa, dormindo na rua, que seja por um dia, o desespero de amanhecer no outro dia sabendo que não vai para a escola, atrapalhar a vida, um ano ou dois anos, de crianças e jovens que não vão estudar mais. Alegar que todo



mundo ainda não foi atendido é, no mínimo, incompetência e covardia do Governo com a população brasileira. E repito: se o Governo brasileiro não sentar à mesma mesa não adianta dizer: *“Olha, nós não fazemos parte dessa história ou daquela história”*. O Governo é um só, não é uma ilha, e outra ilha, e outra ilha!

A FUNAI, o INCRA, o MDA, todos têm que sentar à mesma mesa para discutir um despejo como esse. Está-se tratando de vidas. O INCRA vai cuidar da parte dele, a FUNAI já fez a parte dela de entrar com ação e sustentá-la na Justiça para despejar todo mundo, como vai acontecer agora no Maranhão — eu participei, ontem, de uma audiência pública no Maranhão, são pelo menos mais 400 famílias —, como vai ocorrer em Juína daqui a uns dias, como vai acontecer na Bahia e depois em outros Estados brasileiros, porque o Governo não consegue sentar à mesma mesa para um olhar nos olhos do outro e falar: *“Qual é sua parte? Sua parte é despejar pessoas?” “E a sua?” “A minha é atender aqueles que foram despejados.”*

Então, vamos preparar isso aqui porque essas pessoas precisam ter um mínimo de dignidade. Olhem nos olhos dessas pessoas ali atrás, não há bandido aqui, não. Quando havia invasão de sem terra, eu era contra; quando o MST fazia as barbaridades, muitos dos que estão no Governo agora faziam parte do MST, achavam bonito e agora estão despejando aqueles que eles assentaram. É o Brasil contra os brasileiros.

O Governo precisa, sim, ter a humildade de falar *“Nós erramos”*. Tem que parar de usar um documento judicial como desculpa para matar alguém, porque ele não mata com um tiro, não mata com um tapa ou uma facada, mata por meio da depressão, do emocional, desse sentimento que se está vivendo.

Tudo isso que falaram aqui não é verdade na prática, na realidade do que estamos vendo lá. Não é! Eu não vou discutir se era legal ou não, já estamos discutindo isto, o despejo, há muito tempo. Mas o pós, o *day after*, o dia depois? O que foi feito? Esperou gritar? Esperou fazer o quê? Que direitos são esses? E se fosse um índio? Que é um ser humano maior e mais bem avaliado pelo Governo do que os demais. Eu quero que seja apenas igual. Essa é nossa luta.

Eu quero informar vocês — eu não os conhecia — que visitaremos cinco Estados pela comissão de demarcação de área indígena, quando ouviremos as



duas partes, para evitar o que houve em Suiá Missu, o que aconteceu na Caiabi e o que está acontecendo em outros Estados. Em Santa Catarina, vocês vão sofrer muito também com isso, porque eles não param. Eles não param e continuam despejando, criam um problema atrás do outro em cima disso.

Eu só quero pedir a vocês — esse caso é especial — que não coloquem na fila. Se o problema está sendo o cadastramento, o Governo tem que sair de Brasília, porque o Governo de Estado não consegue atender e não vai atender, não consegue atender nem o cotidiano de lá. As Prefeituras não conseguem atender o dia a dia dos seus moradores. O Governo Federal, com 70% do que arrecada de imposto neste País, tem que sair daqui, usar essas diárias que tem aqui — lá nem diária tem —, chegar lá, olhar caso a caso e resolver o problema com prazo máximo de 30 dias. Prazo máximo para resolver o problema da sociedade.

Não é possível mais deixar essas famílias sem o seu sustento. Lá não havia mendigo, ninguém queria esmola do Governo, eles queriam apenas trabalhar, e o Governo tirou isso deles. Eu peço que, em 30 dias, se resolva tudo isso que vocês falaram que poderão resolver daqui uns dias, porque não respeitaram nem o Estatuto do Idoso, nem o Estatuto da Criança e do Adolescente, não respeitaram o estatuto de nada. O mesmo Governo que cobra dos Municípios respeito às regras para ter um programa, um projeto não cumpre as suas regras.

Então, quero deixar aqui o meu repúdio a esses 8 meses que deixaram passar. Não são 8 dias nem 8 horas. Esses 8 meses são uma prova cabal de que o Governo fez e está fazendo uma grande covardia com a população brasileira quando trata com essa forma de despejo o seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Deputado Nilson Leitão.

Consulto se o Sr. José Antonio de Almeida, Prefeito de São Félix do Araguaia, deseja se manifestar. *(Pausa.)*

Tem V.Sa. a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA - Sr. Presidente, destaco aqui o Deputado Valtenir, pela iniciativa desta audiência; os Deputados do Mato Grosso Nilson Leitão, que acaba de falar palavras importantes, Eliene Lima, Júlio Campos, os Prefeitos e a população de Mato Grosso.



Ouvi todas as palavras. Realmente, o Deputado Nilson Leitão está coberto de razão. Está tudo errado, não é bem assim. Falar é bonito, a realidade é outra.

Nós nos sensibilizamos com aquele filme, pessoas derramaram lágrimas. Aquela é a verdadeira história. Parece, Deputado Nilson, que o pessoal quer apagar essas imagens da mente do povo. Nesse tempo, de lá para cá, tratores fizeram valeta ao lado daquelas construções, enterraram todo aquele entulho e tudo desapareceu. Parece que querem apagar... Igual aos nazistas, apagam a imagem, tiram da fotografia aquela coisa indesejada. Na realidade, parece que querem apagar tudo.

É muito triste ir a uma cidade destruída. Eu disse lá diversas vezes: *“Um país livre, democrático, que tem a Constituição Cidadã e não foi usada”*. Abusaram do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Escolas foram destruídas.

O Deputado está certo. O pessoal tinha escritura, era documentado, uma cidade em franco progresso, as ruas muito bem feitas.

Eu fui Prefeito, na década de 90, quando aconteceu a entrada das pessoas. Nunca vi uma briga de índio, onde os próprios índios... Igual a família do Damião, que é o cacique, toda família... Lá não é terra de índio, eles não vivem ali.

Outra coisa, a briga não é por terra. Se se fizer um círculo ali de 300 quilômetros em volta, tem 9 milhões de hectares de terras indígenas já demarcadas: Ilha do Bananal, com 5 milhões; Parque Nacional do Xingu, com 2 milhões e 740 mil; Reserva Pimentel Barbosa, 440; Reserva de Areões, dos Xavantes também, 670 mil; fora Tapirapé, 270 e outras reservas, e os 300 quilômetros em volta. Ali é uma guerra ideológica.

Ficamos sem saber... No ideário do povo, não sabemos o que está acontecendo. São as melhores terras dos dois Municípios que sofreram, Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia. São terras massapê, as melhores no coração dos dois Municípios, no entroncamento das BR-242 e BR-158, terras supervalorizadas. Por quê? Uns falam que tem minério, tem nióbio. Lá tem uma montanha desgastada muito antiga, que é a Serra do Roncador, que está cheia de ouro, tem minério, tem nióbio.



No nosso ideário, não sabemos que forças estranhas levam o Governo a tomar essas atitudes, e de uma forma covarde, porque não preparou antes esse povo. Foram 20 anos de luta.

Aproveitamos fóruns como este para tentar falar alguma coisa, porque lá não conseguimos fazer com que as nossas vozes fossem ouvidas, a imprensa não estava presente. Um cidadão falou: “*A imprensa não está presente*”. Os grandes canais de televisão não mostravam aquilo ali.

Realmente, foi uma luta inglória, estávamos sozinhos lá. E aquilo é verdade. As bombas jogadas dentro das casas, explodindo casas. A nossa escola ao lado de São Félix tinha quase 800 alunos. Era a melhor escola do nosso Município. O índice do IDEB era fantástico, o melhor do Estado. Foi destruída. Essas pessoas que estão cadastradas, que falam aí, são as mais vulneráveis. O pessoal que trabalhava, os pequenos proprietários foram embora, não esperam nada do Governo, mesmo esses miseráveis que precisam do apoio... Já são 8 meses, Deputado Nilson, e nada foi feito. Os Municípios não dão conta. Nós ficamos tentando. Eles nem procuram.

A dificuldade é grande. O interessante é que o Governo, aproveitando... É uma liminar, uma tutela antecipada... A sentença final dessa gleba ainda não aconteceu. Agiram de uma maneira rápida, truculenta, tiraram esse povo de maneira covarde, urgente. Fizeram valeta, empurraram as casas para dentro da valeta, cobriram com terra. Por que isso? Será que tinham medo de amanhã, no Supremo Tribunal Federal, na sentença final, realmente, o povo ganhar essa ação? Ou quiseram apagar da mente do povo uma cidade de grande futuro, no entroncamento, bem no coração do Mato Grosso, uma das melhores terras, o Estado que está avançando dia a dia na produção agrícola?

Então, o que temos que falar, como Prefeito, como morador antigo daquela região — sou um dos pioneiros e estou ali —, é que foi cometida uma fraude. Os próprios xavantes não reconhecem lá como terra indígena. Se lerem o livro *Xingu*, de Villas Boas, poderão ver que, à medida que eles foram avançando em Xavantina, dentro do Cerrado, sempre houve brigas com xavantes, aldeias e índios xavantes. Realmente, ali é terra deles. Quando eles chegaram a essa região, que é de mata fechada, eles não entraram mais. O xavante desapareceu na história do livro. Eles têm um relato diário daquela viagem: o dia, o que aconteceu, se estava ou não



chovendo. Ali mudou a história! O xavante desapareceu. Ficava gritando, falando! Por quê? Porque, no ideário dos índios xavantes, eles não vivem nas matas, porque ali está o espírito não sei de quem! Ali estão outros índios, os txucarramães, os kreen-akarôres. É o pessoal do Xingu. Já é influência do Rio Xingu. Lá está a reserva do Parque Nacional do Xingu.

Então, aquilo ali foi uma grande fraude. Está nas mãos das autoridades brasileiras a decisão e a compreensão. Nós, que vivemos no interior deste País, pedimos às autoridades de Brasília que sejam mais sensíveis com o que passa no Brasil real, porque até hoje isso não acontece. Talvez, por isso, começam as passeatas por aí.

Nós esperamos que disso tudo o Brasil saia melhor lá na frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Prefeito de São Félix do Araguaia, José Antonio de Almeida.

Consultamos também o Prefeito de Porto Alegre do Norte, Emival Gomes de Freitas, se gostaria de se manifestar. *(Pausa.)*

V.Exa. tem a palavra.

O SR. EMIVAL GOMES DE FREITAS - Bom dia, Sr. Presidente, Deputados do Mato Grosso, colegas Prefeitos da região do Araguaia.

Sr. Presidente, ouvi bem as palavras do colega de Mato Grosso Nilson Leitão, que disse que havia escolas, todo investimento do Governo. Aquela região foi contemplada com o programa Luz para Todos do Governo Federal. O pessoal que morava naquela região, que se cadastrou, tem comprovante da rede CEMAT, que está escrito Porto da Mata.

Então, foi feito investimento. Em 1970, o Governo fez a BR-158. Essas pessoas que estão lá são aqueles corajosos trabalhadores que foram para lá para desbravar. Hoje, ocorre o contrário. Como foi dito e eu vi no filme: talvez os bandidos tivessem um tratamento melhor do que aqueles trabalhadores que foram para lá para melhorar suas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Lembro que nós temos um orador aqui.



O SR. EMIVAL GOMES DE FREITAS - Sr. Presidente, a nossa dificuldade, hoje, lá, como vizinho — é a próxima cidade —, nas escolas, é o aumento dos alunos, mas a Prefeitura só passa a receber no próximo ano. Então, aperta muito. Na creche — nós temos lá o programa de erradicação do trabalho infantil — dobrou a quantidade de cadastrados, por quê? Porque as mães põem os filhos lá porque recebem alimentação. Mas só passam a receber no próximo ano. Também nas escolas! Tudo é totalmente difícil para o Município que não estava preparado para aquilo.

Outro ponto, quanto ao Minha Casa, Minha Vida, quando disse para entrar na fila, Deputado, ocorre o seguinte: nós já temos lá 31 casas, que vamos entregar agora. Nós temos mais 60 casas que vamos entregar. Mas a fila de espera já existia desde o mandato passado. Então, o que acontece? Deve haver um tratamento diferenciado para o Minha Casa, Minha Vida. Pelo menos, para aquelas famílias que estão lá, que chegaram agora, que a gente está atendendo com cesta básica, estamos fazendo total atendimento a eles, mas também tem o pessoal da cidade que já está na fila de espera. É o assunto que eu espero que tenha um tratamento especial.

Outra coisa: são trabalhadores que, dependendo do programa pelo qual vão ser beneficiados, não vão ficar amontoados, como uma espécie de COHAB.

É uma forma mínima de indenização, porque, como o Deputado Nilson Leitão falou, o pessoal está ali, mas tem alguma ligação na zona rural. Ele estava na cidade, mas também tinha propriedade rural. Então, perdeu tudo.

Então, como forma de indenização, uma casa no valor mínimo de 80 mil reais para que ele possa viver dignamente em qualquer das cidades que forem beneficiadas. Repito: que tenha, no mínimo, esse valor, não uma casa hoje de 28 mil e 500 reais, como é o caso do programa Minha Casa, Minha Vida. A pessoa perder tudo o que tem e depois receber uma casinha lá, que vocês bem sabem que muitas delas foram levantadas e nem o reboco, por dentro, tem? Então, eu vejo que merece um tratamento melhor.

A questão das cestas básicas, nós, nos Municípios, precisamos de um apoio para atender melhor. A cobrança em cima dos Prefeitos é muito grande.



Eu recebi a Prefeitura num mandato novo, agora na nova gestão, e já com esses problemas grandes das pessoas procurando a cidade. Porto Alegre do Norte é a melhor cidade melhor de se encontrar emprego na agricultura. Por isso, o pessoal, às vezes, procura também a cidade. Só que a fila, na Prefeitura, é grande na questão de cesta básica. Realmente é pesado para o Município. É necessário um atendimento melhor, diferenciado, para essas famílias, referente à cesta básica.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Sr. Emival Gomes de Freitas, Prefeito de Porto Alegre do Norte.

Consultamos o Sr. Leuzipe Domingues Gonçalves, Prefeito de Alto Boa Vista, se gostaria de se manifestar. *(Pausa.)*

Tem a palavra V.Sa.

O SR. LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES - Para ser breve, eu quero cumprimentar os membros da mesa, em nome do Sr. Presidente, Deputado Edinho Bez, e, em nome dos Deputados Valtenir Pereira, Nilson Leitão e Júlio Campos, e agradecer a todos os Deputados Federais do Estado de Mato Grosso, que realmente têm nos envolvido nessa questão, na causa da Suiá Missu e em prol dos nossos Municípios. A região do Araguaia é muito carente.

Eu quero também agradecer aos nossos Vereadores, o Selvim, o Nivaldinho; a nossa Vice-Prefeita, a irmã Irene, que veio com um grupo de pessoas.

Peço desculpas, Deputado, mas o que eles vieram ouvir não é bem isso que está passando aqui, porque, na realidade, como foi dito... Eu nem quero questionar o que já passou, porque foi bem relatado pelos colegas, pelos Deputados que falaram, a causa dos nossos Municípios.

O que eu quero dizer é que viemos aqui para ouvir uma proposta para solucionar o nosso problema. Problema que ainda o povo encontra naquela situação, como o senhor viu aí no filme, que realmente comove todo mundo. Essa é a realidade.

É claro que precisamos desses apoios que foram relatados aqui, porque o povo não precisava. Eu mesmo já tenho levado cesta básica. Quando você entrega a cesta básica na mão do cidadão, ele chora de vergonha, porque ele nunca



precisou de uma cesta básica. Estas pessoas estão precisando de cesta básica por causa da situação em que foram colocadas.

Então, o que a gente quer ouvir, Sr. Presidente, é uma solução para o nosso povo. Lá nós temos três classes de pessoas hoje. Queremos ouvir uma solução para esse problema da Suiá Missu, que está no Supremo Tribunal Federal, porque, como foi muito bem dito aqui pelo nosso companheiro, realmente atropelaram tudo; foram lá e demoliram, coisa que deixa a gente muito surpreso, porque só se vê aquilo quando ocorre um *tsunami*, que acaba com as coisas naquela situação.

E esta é a situação que a gente vê hoje, no nosso Município. Onde estudavam 800 alunos — o Deputado esteve lá, andou lá e viu — hoje só há um monte de ferro, um monte de terra.

Quando foi feito o cadastro pelo INCRA, e naquele tumulto que estava acontecendo — helicóptero voando, bombas, gás lacrimogênio, *spray* de pimenta —, Deputado, o povo não estava preparado para se cadastrar.

Hoje, no Município de Alto Boa Vista, como ele muito bem disse, informado pela assistência social, portanto esses dados que ele passou são realmente verdadeiros, foram cadastradas 272 famílias, mas há muito mais gente lá que nós estamos zelando. Pessoas que não precisavam, mas que hoje estão precisando, porque não têm emprego, não têm trabalho, e estão precisando muito de cesta básica, de muita ajuda. E como eu disse, lá nós temos três classes de pessoas, mas só vamos fazer isso depois que for julgado no Supremo. Enquanto não for julgado, nós não aceitamos essa proposta por enquanto, que é: primeiro, no caso de casa, para habitar as pessoas; ou assentamento pelo INCRA; ou crédito fundiário para aqueles que não se enquadram na reforma agrária, que é o meu caso.

Eu queria agradecer o nosso Superintendente do INCRA, Waldir Barros, porque ele tem feito muito por nós lá. Na realidade, não sabíamos o que estava ocorrendo. Eu até me envergonho de ter entrado na vida pública há pouco tempo, há 8 meses, mas já estou envergonhado, porque, na verdade, não temos nenhum poder. Digo isso, como Prefeito, pelo menos.

O INCRA chegou lá numa área que faz parte do patrimônio e do Município do Alto Boa Vista — está lá como patrimônio. Eles fizeram o Projeto Casulo e lotearam. Depois nós brigamos para criar um parque agroindustrial e um loteamento. Do lugar



onde se tirava o leite para as crianças beberem na creche e na escola sobrou um pastinho muito pequeno. Tivemos que tirar o gado, hoje, porque não tem mais pasto, e tivemos que alugar pasto. Hoje, o gado da escola está comendo pasto alugado. Mas, de qualquer forma, eles vieram com uma solução: ajudar.

Primeiro, quero agradecer o Waldir, porque realmente uma coisa que nós precisamos urgentemente lá é de titulação. Como foi bem dito, como é que vamos fazer casa se os terrenos estão sem documento e as áreas são todas do INCRA? E o Superintendente do INCRA realmente está agilizando bem a nossa titulação, com rapidez. Já estamos, inclusive, com a certidão do perímetro urbano, está no meu *e-mail* já pronta. Mas aquela parte do perímetro urbano, da Bandeirante, precisamos urgentemente daquela titulação, porque é ali que precisamos colocar algumas indústrias, algumas empresas, para repor o que nós perdemos na Suiá Missu. Tínhamos fonte de emprego e renda dentro da Suiá Missu.

Vejam que, dentro do Posto da Mata, nós tínhamos 92 comércios. Um laticínio que estava industrializando 40 mil litros de leite por dia, dando 120 mil reais de ICMS para o Município, acabou de um dia para o outro. Mais de 400 empregos acabaram para o pessoal que habitava em Suiá Missu, onde se tiravam 9 mil litros de leite. Isso acabou de um dia para o outro. Dois secadores de grão: um deles o cidadão conseguiu tirar, o outro está lá em pé porque não se consegue tirar. Ele até era chamado JK, que é um baita de secador, onde tem uma máquina de beneficiar mil sacos de arroz/dia, e estava em atividade, trabalhando. Os agricultores que secavam os seus grãos ali, Deputado, este ano, tiveram que pagar 7 reais de frete para levar em Água Boa e nos outros Municípios que não são bem ali. Isso tudo veio acabando com o nosso Município.

Eu, hoje, na qualidade de Prefeito, estou atado, sem condições de manter o nosso povo. Primeiro, o Município não tinha condições de receber esse número de pessoas de imediato, tanto na educação como na saúde. Nós temos salas de aulas improvisadas; na creche, nós temos 60 crianças, e há 120, na fila, esperando.

Na saúde, nós não damos conta de atender todo o mundo, pois temos dois médicos. O nosso Município está inviabilizado só com a folha da saúde: 203 mil reais. É a área onde mais precisamos de recursos. Para atendimento dessas pessoas, com esses problemas aí, temos dois psicólogos e três assistentes sociais



trabalhando. Só neste mês de agosto, morreram cinco pessoas e a Prefeitura as enterrou. Isso tudo ocorre por desgosto com a Suiá Missu. Depois que saíram de lá, as pessoas entristeceram e estão falecendo.

Então, o que eu queria dizer para os Deputados? Eu queria que V.Exas., de agora em diante, todos, julgassem o nosso processo o mais urgente possível. Se nós perdermos, vamos caçar o nosso rumo, aqueles que têm certa condição; aqueles que não têm, vão ter de encarar esses oferecimentos de casa, essas coisinhas mínimas que não eram do nosso feitio. Vamos ter de encarar isso aí, porque não há outra solução. Mas nós queremos, primeiro, que se abrevie o julgamento desse processo.

E quero fazer um desabafo, ao terminar o meu discurso. Realmente, eu disse que tenho vergonha de estar na vida pública. E quero dizer a nós, homens públicos que nos tornamos, se nós não tomarmos algumas atitudes, de agora em diante...

Semana passada, nós tivemos audiência com o Ministro dos Transportes, o Dr. César, e ali o Senador Jayme Campos também fez um desabafo. Ele falou que o nosso País vai para o caminho de uma guerra civil — e vai mesmo! Por quê? Porque nós temos três órgãos mandando no nosso País. Não é mais a Presidente da República, não é mais Congresso, e muito menos nós que estamos lá embaixo, de governador até prefeitos e vereadores.

Quem está mandando no País, primeiro, é a FUNAI. Esse é o órgão que está mandando em tudo (*Palmas*). Por que eu digo isso? Quando nós estávamos naquela reunião com o Ministro do Transporte, brigando pela BR-158 — mesmo aceitando a imposição de fazê-la pelo contorno, porque já está pronto o perfil dela dentro da Suiá Missu, como o compadre falou muito bem das duas BRs, a 158 e a 422 —, quando se fala “*Não, ali há algum interesse da FUNAI*”, pronto, acabou, não há mais nada. Todo mundo tem medo, toda a classe governamental — todos! Então, se nós não tomarmos algumas providências, primeiro, com a FUNAI; segundo, com quem mais está mandando no País, as ONGs; e, terceiro, o Ministério Público.

(Não identificado) - É verdade!

O SR. LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES - Eu queria que, quando a pessoa chegasse a ser um juiz, um Ministro, alguma coisa, passasse o que eu já passei na minha vida: trabalhar comendo boia fria, Deputado, igual eu trabalhei, em



pau de arara, levantando 4 horas da manhã para apanhar algodão, catar milho, você entendeu? Sou bacharel em Ciências Contábeis, hoje estou na qualidade de Prefeito, mas eu sei o quanto as pessoas sofrem para chegar aonde eu cheguei, e às vezes possuir o que eu possuía. Investi tudo dentro da Suiá Missu, porque acreditava que aquilo ali ninguém tomava, com aquela estrutura que nós tínhamos ali. Infelizmente, chegaram ali, atropelaram, como vocês todos disseram, e foram muito bem nas colocações, por causa de três órgãos que estão mandando. Às vezes, a pessoa que deu aquele deferimento ali — desculpe-me o juiz, Dr. Julier, lá, que, realmente...

(Não identificado) - Dr. Julier, Governador de Estado...

O SR. LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES - Pois é, um homem desses pode ser Governador? Então, o que acontece — desculpe-me, e peço encarecidamente: não me processe mais uma vez. Porque, além de tudo, Deputado, ainda tem mais uma coisa, um empecilho para nós, lá. Eu sou um homem de 51 anos de vida e nunca tive meu nome no SERASA, nunca dei um cheque sem fundo, está aqui meu talão no bolso. Sempre zelei pelo meu nome, por isso cheguei aonde cheguei, mas infelizmente não dei conta de manter o meu nome.

Hoje eu tenho uma multa de 600 mil reais, além de perder minha fazenda — a montada —, que tive que vender com meu gado, a preço de banana, para tirar, porque não tinha onde levar — jogar no corredor? —, você entendeu, com 6 meses de prazo. E ainda estou com o nome sujo, porque o IBAMA me multou em 600 mil reais, e eu não tenho condições de pagar. Essa é a situação de quase todo o mundo, daquelas 7 mil pessoas do pessoal da Suiá Missu.

(Não identificado) - Tudo é verdade!

O SR. LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES - Então, o que acontece: todas essas propostas são válidas, hoje nós estamos precisando disso aí. Não precisávamos, mas estamos precisando. Mas o que nós precisamos mesmo é tomar providências. Eu estou envergonhado de fazer parte da vida pública, e acredito que vai ser só esse mandato, às vezes nem consigo chegar ao final, porque, se for do jeito que vai aí, eu acho que deveria ter demolido o Município de Alto Boa Vista. Como é que o Município vai sobreviver com 28% da sua área territorial, e principalmente a área mais pobre, a área mais fraca?



Ficam aqui meus agradecimentos, Deputado. E que os senhores, os Deputados... Eu quero agradecer, no nome do senhor, a todos os Deputados do Estado de Mato Grosso, porque, realmente, se dependesse do voto de vocês, às vezes o País seria outro, porque vocês têm uma visão extensa e conhecem o nosso sofrimento. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Gostaríamos de agradecer também ao Prefeito Leuzipe Domingues Gonçalves, Prefeito de Alto Boa Vista, e dizer que V.Exa. tem razão em quase tudo que relatou aqui. Não é o Presidente que está falando agora, é um Deputado representando o meu Estado de Santa Catarina, mas, acima de tudo, Deputado brasileiro, porque aqui nós discutimos questões nacionais e internacionais e temos o dever de pensar no País todo.

Um prefeito, amigo meu, disse, outro dia: *“Edinho, eu acho que vou deixar o cargo de prefeito. Eu não mando nada! Eu me elegi criando uma expectativa para a população de que iríamos fazer isso, aquilo, bem-intencionados, mas sabendo dos promotores que gostam de atrapalhar mais do que ajudar”*. E o que eu falo aqui, falo em televisão, rádio e jornais, quem me conhece sabe. Inclusive, os promotores são conhecidos como os mais competentes do mundo. Os mais inteligentes do mundo são promotores; porque, para resolver o problema tem que buscar acordo com eles. Então, eles conhecem tudo, sabem de tudo, senão o prefeito e outras autoridades, e até nós mesmos não conseguimos... É um abuso! E o que é para ser feito eles não fazem. No Poder Judiciário, muitas coisas! Não vamos aqui exagerar dizendo que não fazem nada.

Mas isso o meu prefeito fez. Ele, sabendo da dificuldade, da burocracia, da facilidade e da vontade do Poder Judiciário em punir principalmente os prefeitos que estão com a caneta na mão, contratou um bom advogado: *“Eu vou me cercar de um bom jurista”*. Só que agora o advogado não o deixa fazer nada. Ele quer fazer uma coisa: *“Isso não pode”*. *“Mas eu quero fazer uma estrada lá”*. *“Não pode”*. *“Mas eu quero dar um remédio”*. *“Não pode”*. Ele diz: *“Assim eu não posso fazer nada. Ou eu tiro esse advogado daqui, ou eu vou decepcionar a minha população”*.

Estou dizendo que esse sentimento, Prefeito Leuzipe, é nosso também, daqueles Deputados responsáveis, que labutam no dia a dia.



Eu, com sete anos de idade, já tirava leite de vaca; com 12 anos de idade, meu pai comprou o primeiro Micro Trator Tobata. E, se pegarem o meu currículo, o meu primeiro item de profissão é agricultor. Eu tenho orgulho, tenho a honra de dizer que fui agricultor. E, coincidentemente, sou formado, bacharel em Ciências Contábeis. Também, nós viemos de baixo.

Hoje, uma criança, um jovem com 14 anos, não pode trabalhar. O trabalho dignifica o cidadão.

Mas, não somos nós, isoladamente, que vamos resolver este problema. Nós temos que fazer isso aqui: audiências públicas, ouvir as pessoas, como o Deputado Valtenir, que trouxe este problema para cá. Aqui, nós não estamos condenando A ou B, nem o próprio Governo, que também cumpre com as suas obrigações; mas nós temos que rever o modelo que temos hoje. Nós temos que revê-lo. Nós não vamos chegar ao progresso sem trabalho, sem produção. Precisamos buscar o equilíbrio do patrão e do empregado; precisamos buscar o equilíbrio do meio ambiente e da produção. Esse tem sido o nosso trabalho aqui.

Então, não considere o Presidente que falou, mas um Deputado que também sente na pele isso. Só vamos resolver dialogando, trazendo as partes, trocando ideias e sensibilizando. E também, em determinado momento, Deputados, deve prevalecer o nosso mandato, senão não se justifica. Como disse o nosso Prefeito Leuzipe, em apenas oito meses de mandato de prefeito, já está envergonhado de ser homem público.

Mas não fiquem envergonhados, não! O Brasil precisa de homens como vocês que vieram aqui, que botaram a cara e peitaram. Alguém vai ser prefeito, alguém vai ser vereador, então precisamos das pessoas boas neste processo, como vocês.

Concedo a palavra ao Prefeito Edson Yokio Ogatha, Prefeito de Serra Nova Dourada. *(Pausa.)* Ele teve que sair.

A palavra seria primeiramente do Relator, para posteriormente ouvirmos os Deputados. Então, V.Exa., como autor, tem direito a falar agora, e depois os demais Deputados. Se V.Exa. ceder...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Vou ceder a palavra ao Deputado Júlio Campos, porque S.Exa. tem uma consulta agora.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Aqui nós usamos o bom senso também.

O Deputado Júlio Campos eu conheço de muito tempo. S.Exa. foi um grande Governador, Senador da República, amigo de meus amigos, como o Luiz Henrique da Silveira. Sinto-me honrado. S.Exa. não é membro da nossa Comissão, mas temos muita alegria em tê-lo conosco aqui.

Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CAMPOS - Sr. Presidente, Deputado Edinho; Srs. membros da Mesa; nosso nobre colega Valtenir Pereira, autor do projeto desta audiência pública; representantes dos órgãos federais que compõem a Mesa deste debate; nossos amigos Prefeitos da região do Araguaia, em especial os da região do Suiá Missu, produtores rurais, assentados, sofrendores da expulsão que houve lá naquela área pública, eu quero trazer aqui a minha solidariedade e os meus cumprimentos ao Deputado Valtenir pelo seu trabalho, pela sua luta, como aos demais Parlamentares de Mato Grosso com relação ao assunto Suiá Missu.

Trata-se de um assunto que vem de muitos anos. Essa demanda começou em 1984, quando eu ainda era Governador do Estado do Mato Grosso — a nossa Erika devia ser uma garota pequena, ou estava nascendo. A Cláudia... Então, há 30 anos... Isso é fruto do trabalho da empresa chamada AGIP, cujo controle acionário pertencia ao Vaticano.

O D. Casaldáliga, Bispo da Diocese de São Félix, foi a Roma e pediu, em relação a essa área, que a AGIP abrisse mão e que ela fosse destinada aos índios. Embora já fosse titulada, a área tinha documentação, dada pelo Governo do Estado de Mato Grosso, há muitos anos, pois não era área indígena naquela época, e depois se transformou nessa polêmica que, infelizmente, para encurtar as palavras, terminou nessa tragédia em termos de direitos humanos, econômicos, sociais, políticos e administrativos: a desintrusão na área do Suiá Missu., ocasionando a destruição do posto da mata e arrasando praticamente a economia de vários Municípios que compõem a região do baixo Araguaia.

Conheço um pouco a história lá, como o Deputado Edinho já disse, pela minha longa trajetória política, mas dessa vez nós não tivemos força suficiente, porque realmente foi uma série de conjunções que ocorreram, e terminou nessa



situação que hoje estamos analisando, ou seja, o Poder Judiciário decidindo sem ouvir os interesses da sociedade; o Governo Federal também se precipitando nas suas atitudes; o Governo do Estado sendo leniente, não sendo duro como deveria ser naquele momento, porque já tivemos exemplos de outras... E ocorre que agora nós estamos com um problema. Quantas mil famílias?

(Não identificado) - Sete mil pessoas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CAMPOS - São 7 mil pessoas colocadas à margem da sociedade, e não temos condições de resolver isso em curto prazo, conforme disse a representante do Presidente do INCRA, por mais esforço que seja feito.

Além disso, eu vejo que não faltou luta da bancada. Tivemos várias reuniões, com o Ministro da Justiça, com a Ministra da Casa Civil; fomos ao Supremo Tribunal Federal falar com S.Exa. o Presidente do Supremo, o Ministro Joaquim Barbosa; estivemos, antes, com o Ministro, aposentado, Carlos Ayres Britto. Enfim, é uma longa história em que nada houve de compreensão.

O Governador Silval Barbosa mostrou boa vontade, colocou-se à disposição para evitar a desintrusão. Outra reserva estadual, muito mais preparada para ser de índio, porque estava quase intacta — são 168 mil hectares de terras disponíveis —, eles poderiam permutar com aquela área já ocupada pelos agricultores, pelos produtores rurais de Suiá Missu. Infelizmente houve uma discordância, uma dificuldade tremenda, e chegamos a essa conclusão: realmente ao Supremo Tribunal Federal está faltando entusiasmo maior para colocar a matéria em pauta.

No dia da posse do último Ministro a assumir, o nosso Dr. Luís Barroso, o Senador Jayme Campos, na audiência pública, já havia feito a pergunta a ele: qual seria o comportamento dele com relação ao julgamento do Suiá Missu, que está necessitando de uma decisão final. Porque, baseado na decisão do Supremo com relação a Roraima, de autoria do eminente Ministro falecido, Carlos Alberto Direito, resguardaria Mato Grosso dessa situação caótica em que vive hoje, com relação a essa demanda, cada vez maior, por mais e mais terras. Mato Grosso já tem hoje quase 17 milhões de hectares de terra reservada para a população indígena. É um Estado em que, realmente, não é por falta de terra que o índio não vive bem, é falta realmente de uma estruturação melhor da FUNAI.



Mato Grosso do Sul, nosso Estado irmão, também vive momentos de conflitos, até de morte que houve na reação aos índios terenas. E uma saída que eu vejo, antes que o Supremo, que é um órgão demorado em suas decisões — o Ministro disse que iria fazer esforço para julgar com urgência o voto final da situação de Roraima, que iria dar uma calçada na beligerância indígena com os produtores rurais daquele Estado, causando sérias consequências não só em termos da desvalorização da terra, como também em termos da falta de garantia jurídica, segurança jurídica com relação à terra do Brasil —, diga que se fará urgente, talvez seja a seguinte: há poucos dias, a Ministra Gleisi e a equipe do Governo da Presidenta Dilma tomaram a decisão de fazer uma nova PEC, a de nº 71, que prevê a indenização, com pagamento em dinheiro ou bens, aos proprietários em que as terras que ocupavam foram transformadas ou expandidas como reserva indígena.

Em Mato Grosso do Sul, há uma fazenda que há 70 anos foi titulada pelo Governo de Mato Grosso, e as terras da família dessa fazenda, que é vizinha de uma reserva indígena, ao invés de serem expropriadas, sem direito a indenizações, agora, pela PEC 71, serão compradas pelo Governo Federal mediante pagamento. Uma solução, em curto prazo, seria nós também exigirmos do Governo Federal este mesmo tratamento com relação aos produtores de Suiá Missu. Aí poderia resolver um pouco o problema. Porque, nessa história de permuta, está provado, há poucos lotes disponíveis nos projetos de assentamento do INCRA. Além de os lotes serem pequenos, são de terras de baixa qualidade, impróprias para a agricultura; é um novo bolsão de miséria, como tem outros bolsões de miséria em alguns projetos de assentamento do INCRA. O próprio Diretor do INCRA de Mato Grosso sabe das dificuldades que existem, como gleba Tibagi, uma série de locais, que são terras muito inférteis. Mas não é culpa... Já foi comprado, desapropriado. Talvez fosse uma solução para Suiá Missu indenizarmos essas famílias que foram expropriadas, que perderam suas fazendas, suas chácaras, seu meio de produção. E para viabilizar os Municípios, novamente, seriam dadas essas compensações: indeniza-se esse cidadão; esse cidadão, com o recurso a receber do Governo Federal, aí, sim, vai comprar terra, vai se estabelecer, vai ter capital para voltar a sobreviver dignamente, como tinha lá na região do Suiá Missu, que hoje não tem. Hoje, lá, o ilustre Secretário de Direitos Humanos sabe muito bem, a situação é de penúria. Há



centenas de pessoas deprimidas. O próprio prefeito disse que hoje o maior número de contratações é de psicólogos. Nunca se pronunciou tanto essa palavra “psicólogo”; nunca a Prefeitura precisou ter psicólogo, e, hoje, devido a essa situação, há três psicólogos, porque até suicídio está ocorrendo. Agora, então, com o frio que houve — Mato Grosso nunca teve tanto frio, como o deste ano —, provocado por um vendaval vindo lá de Santa Catarina, da serra, morreu gente de frio, lá no projeto de Suiá Missu, por não haver estrutura mínima, sem condições de sobrevivência.

Então, nós queremos fazer o apelo para que haja bom senso e equilíbrio.

Lamentavelmente, a ex-Presidenta da FUNAI foi muito radical — ela já saiu do cargo. Parece-me que agora entrou uma pessoa com melhor bom senso, mais equilíbrio —, e não se continuar desse jeito. Nós temos, claro, que aguardar a decisão do Supremo, mas, antes, porque o Supremo pode julgar hoje, daqui a 1 ano, daqui a 10 anos, vamos incluir também a Suiá Missu na PEC 71; ou seja, aquela que manda o Governo indenizar em dinheiro aqueles proprietários de terras, de casas, de armazéns, de máquinas de arroz, o que tiver de propriedade, a preço justo, fazendo com que possam iniciar nova vida e sobreviver. Isso é muito pouco dinheiro para muitos bilhões que o Brasil está arrecadando. A nossa arrecadação é estrondosa. E o próprio Estado de Mato Grosso pode colaborar, reforçando essas Prefeituras com ajuda maior, porque também tem uma receita hoje razoavelmente boa, e poderia o Governador dedicar-se mais. Ele tem se esforçado muito nesses assuntos, mas poderia se esforçar mais um pouco e ajudar os Municípios.

Não sei se a ideia é válida, mas uma saída seria nós, com o apoio do Governo Federal, das autoridades do INCRA, do Ministério da Justiça, sugerirmos também à Casa Civil da Presidência da República que a PEC 71, que está sendo elaborada agora, que está sendo votada agora, encaminhada agora, inclua Suiá Missu para beneficiar a população que foi hoje expulsa da sua propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos a participação ao Deputado Júlio Campos.

Gostaríamos, antes de o nosso Relator se manifestar mais uma vez — e tantas vezes já falou sobre esse assunto aqui nesta Comissão —, de informar que a nossa convidada Cláudia Regina Baddini Curralero, Diretora do Cadastro Único, da



Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem compromisso e precisa se retirar, por conta da sua agenda. Ela fará considerações finais agora, a não ser que o Deputado...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Não, Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Brevemente, depois continuará.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - A minha manifestação vai ser rápida. O que acontece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Dá para contar com V.Exa.? Dez minutos?

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - É importantíssimo que ela escute, porque estou percebendo aqui que o Governo continua empurrando o problema das famílias da Suiá Missu com a barriga. E por quê? O Governo sabe, há muito tempo, desde maio, quando nós apresentamos aqui o primeiro requerimento, tiramos o projeto de pauta para começar uma conversa, uma negociação, que nós precisávamos de um plano de ação. O Governo já sabia das dificuldades dessas famílias.

Então, o que nós vemos aqui é o seguinte: *“Olha, entra aí na fila que a gente vai analisar. Cadastra aí no Cadastro Único; depois a gente vai ver o que nós podemos fazer. Se você se encaixa ou não se encaixa.”*

Se o Governo tem compromisso mesmo com o cidadão, com a pessoa humilde, com a pessoa que está na miséria, assim como a Presidenta Dilma já lançou vários planos, esse caso da Suiá Missu tem que ser tratado de forma diferenciada pelo Governo, que tem instrumentos para fazer isso.

Do que nós gostaríamos e queremos do Governo? Nós queremos que o Governo faça esse levantamento em campo, destaque aqui. Nós colocamos três instituições, três entidades, três órgãos do Governo. A Secretaria de Diretos Humanos tem compreensão dessas dificuldades — aliás, é a secretaria do Governo que mais nos ouviu, que mais está sensível —, mas a gente não percebe no MDA muita disposição; e o MDS... Por quê? Porque nós precisamos resolver essas questões. Nós não podemos continuar vir aqui amassar barro e não sair do lugar. É isso que estou vendo aqui. Desde maio estou sendo empurrado pela barriga, e



tenho sido muito complacente com o Governo. Mas as famílias estão lá padecendo, os prefeitos não têm condições de prestar atendimento. Isso foi dito aqui.

Portando, onde está o plano, onde está essa equipe para ir a campo levantar isso e verificar os problemas? Lá em Confresa há 30 famílias, porque um cidadão de bem pegou uma área, doou, cortou e a entregou. Só que lá falta água, falta energia. É coisa simples! É coisa simples: vai lá, faz o levantamento, senta com o prefeito. Onde está o projeto? Quanto custa isso? Com um crédito suplementar aqui, com uma medida provisória você resolve essas questões. Se precisar de 5 milhões, de 10 milhões, de 20 milhões, há condições de arrumar o dinheiro. Isso não é nada dentro do Orçamento do Governo Federal.

Nós queremos essa ação, essa solução. Porque me sinto como o Prefeito Leuzipe, que disse estar envergonhado — mas ele não está envergonhado por estar fazendo coisas erradas, não; ele está envergonhado porque está impotente de resolver as questões.

Por isso, Presidente, eu peço a V.Exa. que determine à Secretaria desta Comissão que proceda à degravação desta audiência pública, com o vídeo e com uma cópia, porque eu vou fazer uma representação no Ministério Público Federal. Não é possível a gente continuar nesse amassa barro, sem sair do lugar.

Outra questão — também vou repetir —, agora eu vou fazer a convocação dos Ministros, porque aqui nós não estamos saindo com plano nenhum. E eu não vou passar vergonha diante do meu povo. Eu não investi numa aeronave, com dinheiro da Câmara, para poder me deslocar entre as cidades, conversar com os prefeitos, conversar com as famílias, para ficar de graça. Isso não vai ficar de graça. Nós temos que resolver esse problema, senão nós não podemos ser Deputados Federais. *(Palmas.)*

E o Governo tem responsabilidade. Além de ter responsabilidade, foi ele quem causou tudo isso, porque poderia muito bem a AGU — e nós estivemos lá com o Adams, nós estivemos lá com o Adams — colocar um requerimento.

Como eu disse, para a Ministra Gleisi, disse para o Ministro José Eduardo Cardozo e disse para a Presidente da FUNAI: vamos fazer um grupo de trabalho, levantar todas essas questões para fazer um plano de realocação dessas famílias para reduzir ao máximo o trauma. Quantas famílias já não morreram de depressão?



Eu sei o quanto é difícil perder tudo. Quando perdi meu pai, eu tinha 11 anos de idade. Ele foi assassinado, e eu sei o quanto roubaram da minha mãe — ele deixou 750 hectares de arroz plantado. Nós fomos vender picolé e trabalhar de engraxate para poder sobreviver, e eu sei o quanto isso é traumático. Nós perdemos tudo, porque o cabeça da família se perdeu da noite para o dia. Não é muito diferente do que aconteceu com essas famílias, não, porque são 20 anos de muito trabalho, de muito sacrifício e de muita dedicação. O toque de uma caneta da Presidenta Dilma ou dos Ministros que aqui vocês estão representando amenizaria muito o problema deles.

Nós não estamos discutindo a questão, o mérito da Suiá Missu. É uma questão judicial. Nós precisamos resolver o *day after*, o dia seguinte da desintrusão que jogou essas famílias ao relento, debaixo de lona. E nós percebemos que o Governo não trouxe nenhum plano e não está nem aí para essas famílias. É isso o que eu estou percebendo.

Sr. Presidente, é difícil, mas eu precisava dizer isso. Por isso a Dra. Cláudia não poderia sair daqui sem ouvir esta nossa indignação. Eu não esperava isso do Governo da Presidenta Dilma, porque é um Governo de trabalhadores, e é isso o que ele está fazendo com os trabalhadores.

Sr. Presidente, estou fazendo aqui um levantamento. Por exemplo, nós precisamos montar esses arranjos produtivos locais para começar a gerar renda. Se as pessoas viverem de Bolsa Família, se essas pessoas viverem de cesta básica, não vamos chegar a lugar nenhum. E não é isso o que elas querem. Como disse o Prefeito aqui, elas se sentem envergonhadas de ter que ir lá buscar uma cesta básica. Por quê? Porque não elas têm emprego, não têm saída, não têm alternativa.

Ali se precisa de um plano emergencial. Assim como a Presidenta Dilma mandou 7 bilhões de reais para os nossos irmãos do Nordeste, para combater a seca, aqui não se precisa nem de 1 bilhão, é questão de poucos milhões de reais para colocarmos a agroindústria. Por exemplo, a escola que a Força Nacional, que o Exército ocupou está lá. Por que não implantamos um instituto federal lá em Alto da Boa Vista, para qualificar esses pequenos produtores, essas pessoas, para começar a resgatar a dignidade delas? Há muitas alternativas. O Governo é inteligente, tem capacidade e tem condições. Basta querer. Eu até discordo, eu até discordo um



pouquinho do Deputado Nilson Leitão, que falou que é incompetência. Não, aqui é falta de vontade política, falta de sensibilidade com esse povo da Suiá Missu. É isso o que está faltando do Governo. Competência o Governo tem, porque, quando ele quer, ele resolve. É isso o que espero, Sr. Presidente.

E reforço: preciso da degravação de toda esta audiência pública, porque vou ao Ministério Público Federal discutir isso — lá eles têm um setor de Direitos Humanos —, porque não podemos ficar dessa forma.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos e parabenizamos ao Deputado Valtenir Pereira, um dos Deputados atuantes desta Comissão que tem falado nas nossas reuniões e individualmente comigo, demonstrando preocupação com esse tema. Não é por acaso que estamos aqui e insistimos.

Passamos a palavra à Sra. Cláudia Regina Baddini Curralero, Diretora do Departamento do Cadastro Único, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

V.Sa. tem a palavra para suas considerações, baseadas no que foi relatado. Entendemos o compromisso que a senhora tem com o Ministério.

A SRA. CLÁUDIA REGINA BADDINI CURRALERO - Eu gostaria de começar agradecendo, mais uma vez, a possibilidade de estar aqui.

O Ministério do Desenvolvimento Social, de fato, vem trabalhando com todas essas famílias, que são famílias que precisam. Nós temos essa sensibilidade. Nós não trabalhamos com números, nós trabalhamos com pessoas e famílias que estão por trás desses números. Nós conhecemos bem a realidade brasileira e estamos totalmente à disposição para fazer tudo o que estiver dentro da alçada do Ministério — disso o senhor pode ter certeza, Deputado e todos os presentes. Isso é um compromisso de cada um do Ministério. Acho que, no Ministério do Desenvolvimento Social, todos nós somos muito comprometidos com a nossa causa. Então, não é uma questão de sensibilidade. Nós estamos disponíveis. Já estamos vindo nesse trabalho desde outubro do ano passado, quando começamos, junto com o INCRA, as discussões lá no Mato Grosso. Acho que a questão agora seja, talvez, identificar o que mais pode ser feito.



Então, eu quero agradecer muito e colocar mais uma vez a nossa disponibilidade de trabalhar junto, de dialogar. Infelizmente, tenho que ir. Agradeço ao Presidente e a todos a compreensão. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Gostaríamos de registrar também com satisfação a presença aqui do Prefeito do Município de Turvo, do meu Estado de Santa Carina, Ronaldo Carlessi, Prefeito reeleito que vem fazendo uma grande administração. Também presentes estão os representantes do Governo do Estado, o Noilton e o Emerson Silveira.

Passamos a palavra ao Sr. Sebastião Prado, que representa aqui as comunidades, em especial as pessoas aqui presentes.

V.Sa. está com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO PRADO - Eu gostaria de cumprimentar aqui os Srs. Deputados presentes, o Presidente da Comissão e as autoridades do Governo Federal.

Cada vez que sou chamado para falar em nome da Suiá Missu, fico a cada dia mais indignado, porque participei de toda a desintrusão e vi o despreparo, a irresponsabilidade do Governo Federal em fazer uma desintrusão daquela magnitude sem ter um projeto na mão, sem preparar quantos tirar, para onde levar, o que fazer com as pessoas, transformando um povo próspero em indigente social. Isso não é papel de um Governo que tem o seguinte *slogan*: "País rico é país sem pobreza". Especialmente um povo que fez tudo, o maior exemplo de reforma agrária do mundo, sem um centavo de Governo. O INCRA devia ter vergonha na cara e ir lá aprender conosco como é que se faz reforma agrária. É um exemplo para o mundo. Não é fazer como ele faz, esses bolsões de miséria esparramados pelo País afora.

Hoje, nós produtores estamos numa situação muito difícil, porque eles estão brigando na fila para ver quem é que vai tomar a terra do produtor, se é o índio, se é o quilombola, se é a reserva extrativista, se é a ambiental, se é o INCRA. Nós temos exemplo de vizinho nosso lá em que fizeram reforma agrária: compraram as terras do Monflor há mais de 20 anos e não pagaram. É uma irresponsabilidade de Governo sem tamanho!

E o mais triste nesse episódio é o papel do Ministério Público, que constitucionalmente é o guardião da lei, prevaricando, usando de mentira,



atrapalhando o desenvolvimento do País, como a Procuradora da República Deborah Duprat fez ao cassar nossa liminar junto a Ayres Britto, cometendo uma fraude processual da maneira como foi feito.

Mas o Governo tem o péssimo hábito de esquecer todo crime que ele comete, como se não tivesse acontecido. Na minha propriedade, se chegar um fiscal do INCRA ou de qualquer órgão governamental e pegar um cidadão debaixo de uma lona de plástico trabalhando, eu sou imediatamente preso e julgado por trabalho escravo. E o Governo, não: ele vai lá, tira uma comunidade inteira, destrói uma cidade, joga essa cidade na miséria... Houve lá diversos suicídios. Hoje, temos gente com surto psicótico saindo pelada para a rua, senhores de 50, de 60, de 70 anos de idade saindo pelados para a rua! Isso é fato: internados com surto psicótico que não tem conserto mais! Por irresponsabilidade de Governo. E as pessoas que aqui estão, nós falamos, mas as autoridades escutam, passam a mão na cabeça e mandam as pessoas entrar na fila, como a senhora disse: *“Você entre na fila, que nós temos que julgar todo mundo igual”*.

Nós não podemos tratar este País desse jeito, gente! Nós não podemos enfiar na goela do cidadão uma ditadura civil dessa maneira. É um crime hediondo o que está acontecendo na Suiá Missu. E ninguém toma providência. Ou vocês acham que esse povo trabalhador que construiu tudo isso, sem 1 centavo do Governo... Se o Governo não nos atrapalhar, já estará nos ajudando. Vocês acham que esse povo vai aceitar uma casa do Programa Minha Casa, Minha Vida, ou vai aceitar um lote da reforma agrária igual ao que ofereceram para ele, lá em Ribeirão Cascalheira, onde a terra não vale nada, para ele morrer na miséria? Para ele morrer na miséria, ele morre onde está; não com a tutela do Governo. Morrer na miséria tutelado pelo Governo é cruel. E as autoridades piscam os olhos e fazem de conta que não veem.

Vocês estão esperando surgir uma convulsão social neste País, de magnitude ímpar, para tomarem uma providência? Isso é uma vergonha, gente! Isso é uma vergonha! Enquanto o Ministério Público não tomar uma posição definitiva e parar de tutelar o Judiciário, induzindo o Judiciário ao erro, aonde este País vai chegar? Nós só vamos aceitar essas propostas de Minha Casa, Minha Vida ou de lote do INCRA no dia em que o Judiciário falar assim: *“Vocês perderam”*. Porque aquilo lá nós não



perdemos. Temos mais de 22 embargos para serem julgados. Aquilo foi uma antecipação de tutela. Aquilo foi uma irresponsabilidade do Judiciário.

Então, eu peço encarecidamente aos senhores, autoridades, que nos ajudem a colocar o Judiciário para julgar com equidade o que está acontecendo, porque ali foi uma fraude. Nós provamos. E nós demos caminho às coisas. Nós oferecemos um lado melhor de permuta, e o Governo não aceitou — embora o Lula já tenha feito isso antes, no Rio Grande do Sul; ele fez uma permuta, mas no nosso caso não pode! Por quê? Porque D. Pedro Casaldáliga foi companheiro de trincheira da Presidenta Dilma. E isso é pedido pessoal dele, e teve o empenho pessoal da Secretaria-Geral da Presidência.

Então, o que nós mais pedimos aos senhores no momento é a ajuda desta Casa para que o Judiciário se pronuncie a respeito, porque, enquanto ele não o fizer, por que vou aceitar um Minha Casa, Minha Vida ou um lote do INCRA, se eu tenho a possibilidade de reverter essa situação judicialmente falando? Eu não vou aceitar. Eu não perdi! Eu fui truculenta e irresponsavelmente tirado da minha casa. É como se pegassem a senhora na sua casa, tirassem tudo, tirassem a sua roupa, e a soltassem pelada, na rua, e falarem: “Agora, vá à Justiça brigar para voltar à sua casa, ou esperar que a Justiça se pronuncie”. Foi o que aconteceu conosco.

A senhora tem noção do que aconteceu lá?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SEBASTIÃO PRADO - Eu acho que não, porque, se a senhora tivesse noção, traria uma resposta melhor, um plano melhor para nós.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

(Não identificado) - Sr. Presidente, ele gostaria de uma participação também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Brevemente, porque nós estamos encerrando.

Identifique-se, por favor.

O SR. RENATO TEODORO - Meu nome é Renato Teodoro. Sou um representante e moro lá na região, e eu gostaria de falar algumas coisas porque no passado eu participei da Associação.



Deputado Edinho, Érika e Bruno, com todo o respeito às demais autoridades presentes, no passado... Não quero aqui criticar, não quero aqui dizer nada, mas foi importante a presença do Bruno aqui. Eu, pessoalmente, estive no gabinete, juntamente com o Bruno e algumas pessoas presentes aqui. Tudo isso poderia ser evitado, se os Direitos Humanos tivessem tomado providências. Lá, no passado, fizemos uma reunião com o Bruno — foi feita a ata; eu tenho a ata —, mostrando a ele a cidade em pé. Eu disse: *“Bruno, a situação é grave, a situação é séria. Precisamos de providências antes que aconteça...”* Nós levamos o fato aos Direitos Humanos. Nada foi feito, Presidente. Nada! Isso é lamentável.

A Érika dizer que o pessoal recebeu lote em Cascalheira — eu vou ser repetitivo um pouquinho —, ela não conhece. Porque as pessoas não vão até o lugar aonde precisam ir para sentir no coração, igual esse Deputado aqui fez, que foi lá e filmou. Coloquem-se no lugar deles.

Nós precisamos, neste País, Sra. Érika, representante do INCRA, Sr. Bruno, representante dos Direitos Humanos... Que direitos humanos são esses que nós temos neste País que não foram respeitados nisso aqui. Nada. Isso aqui foi jogado no lixo, Bruno. Com todo respeito, Bruno, nós estamos lidando com vidas. São vidas. O índio tem vida. Eu escutei a Érika falando aqui: *“Reserva indígena, projeto indígena, terra indígena”*... Poxa vida! Só existe terra indígena? Não existe brasileiro neste País? Vamos fazer as malas e ir embora, Érika. Nós chegamos aqui em 1500, e só tinha índio no Brasil. Então, nós temos direito, igual a eles. Nós não somos diferentes. Quem move esta Nação somos nós. Quem paga os impostos para pagar o seu salário somos nós. Nós é que criamos os impostos. *(Palmas.)* Sem o povo brasileiro, sem gerar recursos, você não tem o seu emprego. Então, nós precisamos de mais respeito com o ser humano.

Você, que representa o INCRA, você, que representa os Direitos Humanos, Bruno, eu tenho uma denúncia para fazer aqui para vocês. Eu fui Presidente da Suiá Missu. Eu trabalhei 30 anos numa empresa e nunca tive um protesto. Eu estou sendo executado criminalmente, porque dizem que eu derrubei uma área onde eu tinha... Agora veio outro processo contra mim, Presidente. Estão bloqueando os meus bens e o meu dinheiro no banco, dizendo que eu proibi o reflorestamento da área! Está aqui. O que é isso? Que País é este? Eles me perseguiram porque eu era



o Presidente. Eu cheguei a ficar doente. Eu fui para o hospital. Quase que eu morri. São essas palavras aqui, de desgosto. Por que isso? Qual é o motivo? Porque eu era o Presidente, então estou sendo perseguido? Eu não estou com conversa. Está aqui.

Érika, nós temos escritura, com Registro de Torrens, dessa área. Foi comprada. O Estado de Mato Grosso — você, que é do INCRA, sabe disso — titulou a Suiá Missu. Enquanto ela foi do Vaticano, ninguém pôs a mão. Enquanto o Vaticano era acionista do Banco Ambrosiano, acionista da AGIP Petroleum, ninguém pôs a mão. Dom Pedro ficou com o braço cruzado. E hoje vêm fazer conosco, Presidente, o que estão fazendo com o nosso povo? Isso não é País.

O senhor me permita. Não é um desabafo. É uma realidade que passamos. Desculpe-me. Quando eu vi a pauta desta reunião aqui, eu falei: *“É uma embromação”*, com todo respeito a vocês — falei para o Deputado Valtenir, falei para o Nilson Leitão. Aqui nós queremos solução. Não queremos conversa. O povo está lá. Quem é do Governo Federal, a não ser o Nilson Leitão, foi lá no ato. Cadê o Judiciário, o Ministério Público, para ir lá ver, levantar *in loco* a realidade? Não, atrás da Mesa, metendo a caneta — é muito fácil, gente! É fácilimo fazer as coisas no ar condicionado. Agora, rodar mil quilômetros, como nós rodamos... Chegamos às 2 horas da madrugada aqui para participar disto aqui...

E não é diferente de o Prefeito Leuzipe... Eu fui uma pessoa que engraxou sapatos. E agora virem bloquear meus bens, Deputado? Virem me multar em 3 milhões e meio de reais? Que foi uma operação que a FUNAI mandou fazer lá. Está aqui a prova de que ele foi multado também. O que é isso, operação Marãiwatsédé? É para arrebentar conosco.

Então, o nobre Deputado Presidente, por gentileza, nós precisamos de uma representação do Ministério Público Federal, porque o nosso problema é muito mais sério do que o senhor está pensando. Muito mais sério! Não só eu. Eu fui o primeiro. O dinheirinho que eu trabalho para receber é para tratar da minha família. Eu trabalhei trinta e tantos anos para adquirir um patrimônio. Está aqui: 3 milhões e 500 mil reais! Eles me arrumaram uma multa, bloquearam o meu bem no cartório e bloquearam o dinheiro que eu tinha no banco para as despesas. E agora?



Então, Deputado, me desculpe; Bruno, me desculpe. Eu não quero fazer crítica a sua pessoa. Eu quero fazer crítica à forma como foi conduzida a atitude e ao INCRA, porque falar em Projeto Casulo, Érika... Você não foi lá! O Deputado foi lá. Gente, aquilo lá não existe! Eu tive vergonha. Eu chorei o dia em que eu fui lá. Eu fui com este Deputado lá. Este Prefeito aqui me chamou para ir lá, e eu falei: *“Não vou lá, não, Leuzipe”*. Eu não tenho controle emocional mais de ver o que foi feito com o povo. Isso não existe! Quem tem coração não deixa fazer isso. Agora, um detalhe: justiça divina tarda mas não falta. Vocês podem ter certeza. *(Palmas.)*

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES - Sr. Presidente, só um pedido ao Deputado Valtenir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Prefeito, rapidamente.

O SR. LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES - O pedido que eu quero fazer, Deputado Valtenir, é com relação ao Projeto Casulo. Eu estou levando água lá com um trator com uma pipazinha. Então, como os senhores trabalham na parte social, eu queria que me alocassem pelo menos um caminhão-pipa, para que eu poder levar água. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos as manifestações. Quero dizer aos convidados que vieram de longe que agradecemos o interesse. Aqui nós discutimos, como eu disse, questões de interesse do nosso País.

Nós somos legisladores. Nós não temos a caneta aqui para resolver o problema. O que nós podemos fazer é pressionar o Governo, cobrar dele, reagir aqui com nosso mandato, fazer o que estamos fazendo, ou seja, fazer com que vocês tenham voz para vir aqui falar, convidar o Governo para vir aqui ouvi-los. Esse é o nosso papel. Nós não temos, por exemplo, o poder de prometer a vocês hoje, aqui, que estará resolvido o problema. O que vai haver é um acompanhamento. Depois desta audiência pública capitaneada pelo Deputado Valtenir Pereira — como eu disse, um grande Deputado e muito atuante nesta Comissão —, esta Presidência e a nossa assessoria estarão à disposição para ajudá-los, para fazer o meio de campo com o Governo no todo.



Passarei a palavra agora à nossa convidada Érika Galvani Borges, Presidente Substituta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A SRA. ÉRIKA GALVANI BORGES - Eu quero, inicialmente, discordar de algumas falas. Eu acho que, da mesma forma que todos aqui têm o direito de se manifestar, nós temos também a nossa posição. Quero lembrar que nós vivemos em uma República, em que os Poderes são independentes e cada um tem a sua competência: nós temos o Judiciário, temos o Legislativo e temos o Executivo.

Parte do que foi dito aqui — e acho que o Sr. Sebastião deixou algumas coisas bastante claras — precisamos compreender, até para termos uma noção de encaminhamento mais concreta.

Eu discordo um pouco do Deputado quando disse que não estamos fazendo nada. Aproveito, inclusive, a fala do Prefeito Leuzipe para dizer que nós, de fato, de acordo com as limitações de execução que nós temos — como o senhor mesmo disse a respeito da minha fala —, na nossa competência, na nossa esfera de atuação, nós buscamos, sim, da nossa parte, dar celeridade a todas as ações.

Temos estado permanentemente na região. Nosso superintendente esteve lá no início de agosto. Nós temos técnicos na região. Temos buscado, inclusive em detrimento de outros beneficiários, acelerar os processos naquela região. Então, nós já conseguimos titular a área para o Município, para fazer o loteamento urbano. Estamos tentando, ao máximo, acelerar todos os procedimentos para a implantação do Projeto Casulo. Tive agora um retorno de que o banco já aprovou a entidade organizadora e já vai dar início à deflagração da contratação das moradias para o Casulo, que era uma grande reivindicação daquela população que, diferentemente das demais — eu acho que o Sr. Sebastião disse aqui —, tem, sim, manifestado interesse em querer ficar lá naquela região e, então, está precisando agora das casas.

Quero nos colocar completamente à disposição para acelerar mais no que for possível. Se ainda há problema de infraestrutura no projeto que já conseguimos criar, nós temos recursos e podemos investir. A Superintendência está lá na região como unidade executora, com discricionariedade para isso.



Então, Sr. Prefeito, me coloco completamente à disposição para receber o projeto, implantar água, fazer redistribuição e colocar estrada. Nós temos recursos no orçamento para isso, e eu me comprometo aqui, publicamente, a alocar o recurso.

Por favor, Barranco, faça o projeto, que nós vamos executar. Se houver algum problema com a Prefeitura, porque sabemos que muitas vezes as Prefeituras menores têm os problemas de CADIN e de inadimplência e que às vezes é difícil haver parceria e repasse do recurso. Licite, Barranco, faça diretamente, execute a obra.

Então, quero discordar de que nós não estamos fazendo nada, porque isso não é real. Da nossa parte, estamos, sim, empreendendo esforços. Nosso superintendente esteve lá e discutiu com a comunidade. Muitos apontaram que têm interesse de ir para o Projeto de Assentamento gleba Macife. É um projeto muito grande criado para mais de mil famílias, e essas famílias não foram todas alocadas na região. Então, temos condições de alocar muitas famílias a mais lá. Agora, tudo dentro do escopo — e os senhores do Legislativo sabem muito bem disso — que a lei me permite.

Então, se há algumas adequações que precisamos fazer, elas não são só no Executivo, não. O Deputado Júlio disse bem claramente aqui: *“Há algumas coisas que talvez alterações legais resolvam e ou deem celeridade, dentro do escopo do que temos hoje”*. E eu não estou aqui para defender causa indígena, isso ou aquilo. Eu estou trabalhando com o universo com que trabalhamos, e o nosso universo nem é o índio — os senhores sabem muito bem —, mas os assentados da reforma agrária e os agricultores familiares.

Agora, a questão indígena é uma questão constitucional. E, aí, eu preciso entender também como que podemos encaminhar algumas coisas, porque o Sr. Sebastião colocou que parte dessas famílias — eu não sei muito bem qual é a representação — prefere nem ser beneficiada pelos projetos que podemos oferecer.

Vejam, eu não mando no Judiciário; o Judiciário tem o seu tempo, ele não tem prazo para fazer os julgamentos. O Deputado disse que já teve uma conversa com Exmo. Presidente do Supremo, o Ministro Joaquim Barbosa, pedindo celeridade no julgamento. Então, o que eu tenho hoje são decisões tomadas, uma liminar



suspensa, uma reintegração feita — em que pese todos os apontamentos colocados aqui. Da nossa parte, reside, sim, o compromisso de acelerar e implantar o que nós temos lá. Então, eu quero deixar aqui de pronto este compromisso: a infraestrutura desse assentamento está garantida orçamentária e financeiramente.

Eu quero o projeto, Barranco, e nós vamos executá-lo.

Para as demais famílias que têm interesse e perfil de serem assentadas na reforma agrária, nós vamos abrir duas frentes: primeira frente, o Projeto de Assentamento Macife, conforme foi indicado pelas próprias famílias; segunda frente, vamos abrir um edital na região para a compra de terra. Se existir uma área em relação à qual nós tenhamos amparo dentro da Lei Agrária, como o Decreto nº 433, se existir alguém disposto a negociar conosco essa área e se ela atender às demandas das famílias, nós estamos dispostos a negociar e comprá-la.

Então, tudo o que está ao nosso alcance, tudo o que a Lei Agrária permite e que é da responsabilidade do Executivo, nós vamos fazer.

E eu quero sair daqui com alguns compromissos, Barranco. E eu acho que você, como nosso representante local, tem que, por favor, colocar isso no seu cronograma. Da nossa parte aqui da sede, se você precisar de técnicos e de outros meios para acelerar mais ainda, nós os vamos disponibilizar. Eu quero, nos próximos 30 dias, ser cobrada por isso, porque eu não temo ser cobrada pelas ações que assumimos, e ter pronto o projeto básico da infraestrutura do Assentamento Casulo para que essas famílias tenham água, tenham a distribuição, tenham a água na torneira. Gente, eu quero lembrar que nem tudo é competência do Governo Federal. Nós temos que envolver o Governo do Estado, porque ele precisa instalar energia elétrica, precisa contribuir com a parte que lhe cabe na responsabilidade de cada esfera governamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Mas o projeto identifica, não é?

A SRA. ÉRIKA GALVANI BORGES - O projeto identifica. O Prefeito vem sendo um parceiro também. Eu sei que ele sofre lá na ponta com uma série de coisas. Quem está mais próximo sempre sofre. Eu não nasci dentro de um gabinete. Eu sei muito bem como as coisas acontecem lá na ponta; conheço este País inteiro.



Então, eu quero reafirmar o compromisso. Discordo que não estejamos fazendo nada. E quero dizer também que nos próximos 30 dias vamos ter o projeto para distribuição de água desse assentamento, a questão do cronograma para ligação da energia elétrica — e, por favor, Barranco, porque a gente já tem vários e eu acho que vocês também têm um lá no Estado — e editais públicos para aquisição de terras na região. Porque se ainda permanecer a questão de haver pessoas que querem, diferentemente do que o Sr. Sebastião colocou aqui — que alguns porventura não queiram e queiram aguardar o julgamento no Supremo —, aos que querem nós vamos atender.

E fica o nosso compromisso. O senhor pediu 30 dias. Eu vou acatar este prazo de 30 dias quanto ao que cabe na nossa competência de atuação. Vamos abrir um edital público para aquisição de terras na região e vamos finalizar a implantação do projeto de assentamento que já está criado. Além disso, aprofundar ainda mais o nosso trabalho lá no PA Macife de identificação de áreas, para que às famílias que queiram ir para a região a gente possa disponibilizar imediatamente, porque é uma área que já está sob nossa gestão.

Agora, discutir o mérito eu não posso, gente, porque isso não me cabe. Nós vamos discutir o mérito? Aí é junto ao Judiciário, ao Ministério Público Federal, enfim, porque nós temos que dividir as competências que são de cada um.

As casas: os assentamentos da reforma agrária de todo o Brasil, hoje, estão obrigatoriamente incluídos no Minha Casa, Minha Vida. Então, a partir do momento em que se identifica a área e essas pessoas são reconhecidas como assentadas, a gente deflagra o processo, como fizemos no Casulo, em que já estamos em fase de contratação das moradias para construção.

Então, reafirmo o nosso compromisso. Quero dizer que estamos, sim, trabalhando, e que, a partir das demandas que foram mais uma vez apresentadas a nós — a gente jamais se negou a vir, ouvir, discutir e estar presente —, vamos aprofundar a nossa atuação. Vamos colocar dinheiro e, se necessário for, deslocaremos técnicos de outras regiões do País, para dar mais celeridade. Então, quero deixar aqui esse nosso compromisso.

Agradeço a oportunidade da participação, por ter sido convidada, enfim, e me coloco à disposição. Estive no Estado do Mato Grosso recentemente, na semana



passada, e devo voltar nos próximos dias. Coloco-me à disposição para ir lá. Não tenho o menor problema em me deslocar até o Município e fazer a discussão com as famílias. Então, queria agradecer e dizer que o Governo Federal está, sim, empenhado em resolver as questões que estão colocadas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Muito bem. Gostaria de agradecer à Sra. Érika Galvani Borges, representando aqui o INCRA.

Vocês viram que valeu a pena, não é, Valtenir? Vamos aguardar, obviamente...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Está saindo de 8 quilômetros por hora e começando a se movimentar mais. Porque o que nós queremos, na verdade, é que se identifique essa causa, que se identifiquem as pessoas da Suiá Missu. É isto que nós queremos: identificar esse problema. Porque isso foi causado por uma decisão judicial e cabe ao Governo. Falar, meter o Governo do Estado...

O Governo do Estado lá está com Copa do Mundo, cheio de problemas, nem adianta. Também não há recursos para investir em saúde nem em nada. É o Governo Federal que tem de chamar para si essa responsabilidade, porque ele tem condições. E é pouca coisa para resolver o problema dessas famílias. Em relação a 7 trilhões de reais em recursos que nós temos no orçamento, 2 trilhões são do Governo, são do OGU? É fácil resolver. Com 10 milhões, com 15 milhões, com 20 milhões já começa a amenizar o problema. Um caminhãozinho que estão precisando para levar água, um caminhãozinho-pipa, o que é isso? Um conjunto de patrulha agrícola para os assentados já começa a facilitar a vida. É isso que nós queremos. Nós queremos o quê? Vá lá, levanta as necessidades dessas famílias. Não são do Município, mas dessas famílias, para amenizar.

É isso que nós queremos. Pelo menos está saindo dos 8 quilômetros por hora. Vamos começar a caminhar a 12 quilômetros por hora, a 15 quilômetros por hora. Eu espero que chegue a 80 quilômetros por hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Mas há um provérbio chinês que diz: para se chegar a mil quilômetros, tem o primeiro metro. Quem sabe, nós largamos com 8 quilômetros aqui. Hoje, já valeu a pena.



Eu confesso, reconheço e estou sensibilizado com o tema. O Valtenir tem nos mantido informados, mas temos de reconhecer que houve avanço, com a participação dos nossos convidados.

Com a palavra o Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos.

O SR. BRUNO RENATO NASCIMENTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero mais uma vez agradecer.

Quero aqui esclarecer alguns pontos e reafirmar o compromisso da Secretaria de Direitos Humanos com o monitoramento dessas ações. Em momento algum nós nos dizíamos e dissemos que não há violação de direitos humanos ocorrendo naquele local, na região. Nós temos a convicção de que os direitos têm sido violados, sim, e por isso a nossa presença lá será fundamental.

O primeiro passo para nós agirmos era esse diagnóstico, era uma aproximação com os Municípios, e nós fizemos esse trabalho. Mostramos a disponibilidade de estarmos conversando com as Secretarias afetas a nossa política. E, a partir daí, desenharmos para outros momentos, como foi colocado aqui, um formato que seja diferente, que trabalhe na perspectiva da garantia da pessoa humana, em detrimento das discussões que envolvem os assuntos fundiários.

Então, hoje temos a convicção de que o formato utilizado não foi o melhor. Outros processos de desintrusão ocorrerão no nosso País. E esperamos que esse passivo produzido a partir desses processos não ocorra.

Também não vou entrar no mérito. Não cabe a discussão aqui, hoje. Não se dará, na perspectiva de resolver o problema que hoje tramita no Judiciário. Eu acredito que a melhor saída é uma decisão definitiva para ambos os lados. Que, com isso, a gente possa caminhar para o cenário de pacificação.

Mas, simultaneamente, nós temos que desenvolver políticas de assistência que têm caráter paliativo. Para a região, precisamos da retomada de um processo produção, de capacitação das pessoas para executar sua profissão, produzir sua renda e não depender de políticas do Governo que tenham caráter provisório.

Então, é nessa emergência que a demanda nos pauta, que o Governo Federal está fazendo esse exercício. E a Secretaria de Direitos Humanos, dentre suas atribuições e competências, vai continuar monitorando as ações do Governo



em diálogo constante com a sociedade civil local, com os Prefeitos, com os seus Secretários, para buscar o melhor entendimento e o envolvimento de outros órgãos, o que é fundamental na construção dessa política permanente.

Emergencialmente, nós vamos trabalhar na perspectiva da assistência social, mas a Secretaria de Direitos Humanos entende, para a plenitude do ser humano, na sua integridade moral, física e psicológica, a necessidade de integrá-lo à sociedade, de capacitá-lo em educação, saúde, qualificação profissional e produção de renda.

É nessa perspectiva que a gente acredita na dignidade da pessoa. E é nessa perspectiva que a gente vai continuar pautando os nossos colegas do Governo nesse monitoramento para a execução dessa política.

Na minha primeira fala eu dizia que o envolvimento de órgãos como o INSS é fundamental, mas vamos acionar também a Defensoria Pública da União para que esteja conosco fazendo esse levantamento, a partir do diagnóstico preliminar e na continuidade da conversa com as autoridades locais.

Então, nós vamos continuar nesse trabalho. Vamos nos colocar à disposição. Se naquele momento não conseguimos resolver, foi devido a forças maiores, porque a Secretaria de Direitos Humanos faz parte de um Governo que tem interesses. E a nossa posição naquele momento foi no sentido de que se observasse o direito e a garantia das pessoas.

Se nesse momento os direitos foram violados, nós vamos buscar repará-los da melhor maneira possível. Então, continuem contando conosco.

Obrigado, Deputado, pela oportunidade de estar aqui fazendo a prestação de contas do Governo, que é o nosso papel junto ao Legislativo, junto à sociedade civil. E queremos continuar nesse processo junto com vocês. Estamos à disposição.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Presidente Edinho Bez a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Ouvidor Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, por ter aceitado nosso convite. Embora o convite inicialmente tenha sido feito aos nossos Ministros, S.Exas. fizeram-se representar pelas pessoas, nossos convidados, que responderam, dentro, acredito, das limitações, não deles, pessoas físicas, mas dos próprios Ministérios, à altura, pelo que demonstraram aqui.



Quero dizer que avalio esta audiência pública como muito positiva para o nosso trabalho na Comissão.

Muitos não acreditam no trabalho de CPIs, de Comissões, de Comissões Especiais, no trabalho de Comissão permanente como a nossa. Mas muita coisa neste País mudou em razão de reuniões como esta.

Não tenho dúvida de que, se for necessário, faremos outra reunião. O Deputado Valtenir estará presente. Faremos uma avaliação à frente. Se necessário, faremos outras. É costume e dever nós fazermos isso.

Antes de encerrar a reunião, novamente concedo a palavra ao autor do requerimento de realização desta audiência pública, Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Eu quero agradecer à Comissão, na pessoa do Presidente, o trabalho realizado, o esforço concentrado para que a gente pudesse estar nesta audiência pública.

Temos de reconhecer que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República esteve sempre conosco nos ouvindo, conversado, e sempre preocupada.

Sabemos também das dificuldades internas do Governo diante do esforço da Secretaria. A Secretaria tem se esforçado e tem sido sensível a essa questão da Suiá Missu. Não tenho dúvida disso, quando fomos recebidos, e percebemos aqui também na presença do Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos.

Sr. Presidente, quero convidar os Prefeitos e as pessoas de Suiá Missu, os produtores, os moradores que aqui vieram para que a gente possa ir ao Ministério Público Federal, ao final desta audiência — aproveitando que eles estão aqui —, para a gente já começar esse diálogo no Ministério Público Federal.

O Governo, na hora que a gente dá uma arrochada, ele fala. Infelizmente, ela não está aqui, mas ela foi porque quis. Mas eu gostaria que ela ouvisse.

Na primeira fala dela, não estava nem aí. Olha, entra na fila. Quando o negócio apertou, não: “*Olha, providencia*”. Mas providencia para Alto Boa Vista. E São Félix do Araguaia? E Porto Alegre do Norte? Confresa? Como é que fica? Então, a gente percebe isso no Governo.

Para finalizar, o próximo requerimento é a Miriam Belchior. Mas vai ser convocação. E nós vamos articular para que isso aconteça, porque eu não vou



deixar esse povo lá morrendo à míngua. Eles precisam de dignidade. E é isso que nós vamos fazer.

Então, tem esse meu compromisso e por isso fica o meu convite para irmos ao Ministério Público Federal, que está aqui próximo, são quase 800 metros. E vamos começar esse diálogo, porque precisamos. Assim como o Ministério Público foi firme para colocar as famílias fora de Suiá Missu, agora tem que ser firme para garantir os direitos humanos dessas pessoas. E nós vamos bater às portas do Ministério Público Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos aos Deputados...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, rapidinho. O Prefeito de Juína quer falar, outra região ameaçada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Por 1 minuto, porque o tempo estourou.

O SR. HERMES BERGAMIM - *(Falha na gravação)* ...e a partir da semana passada, a Ministra Gleisi pediu o estudo antropológico da área do Rio Preto, na região de Juína, Comodoro, Nove de Julho, para o aumento de 600 mil hectares.

Não está parando a fomentação de aumento de reserva indígena. No Município de Juína, nós não vamos aceitar essa barbaridade. São 300 mil hectares. São 300 mil bois dentro da região. São áreas documentadas. São áreas que estão produzindo. E nós não aceitamos.

Então, o recado que nós estamos mandando ao Governo é que nós não vamos aceitar calados, como os nossos companheiros, que estão sofrendo, sendo humilhados. Famílias estão sendo jogadas embaixo da lona.

E eu, como Prefeito do Município, nós não vamos ficar calados. Nós não aceitamos mais essa barbaridade no norte do Mato Grosso, para poder impedir a região de produção agrícola, que é o celeiro onde se produz.

Produtor rural tem que ser tratado como segurança nacional e não como bandido! Nós, na região do Norte do Mato Grosso, não aceitamos essa barbaridade! Temos que ser respeitados! E qualquer aumento de reserva indígena que acontecer no Norte do Mato Grosso vai ter problema sério.



Estamos vendo nossos amigos sendo humilhados, o povo brasileiro não ser ouvido nem respeitado por uma demagogia de aumento de reserva indígena.

Não é problema de índio para cima de branco. É problema dos países ricos que não querem nos deixar produzir. De maneira alguma. Nós estamos incomodando o mundo. Temos que dar área indígena para índio. Temos que dar!

Mas a metade do Brasil, que é a Floresta Amazônica, não está ocupada. Lá é o lugar para se levar os índios!

Obrigado pelo momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Prefeito de Juína. Seu nome?

O SR. HERMES BERGAMIM - Hermes Bergamim.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, deixe-me registrar que está havendo uma manobra para esvaziar a Comissão Especial que trata da PEC 215. Alguns partidos da Casa estão fazendo manobra no sentido de retirar suas indicações para não ter número suficiente, a maioria das indicações, e instalação da discussão da PEC 215, que traz para o Congresso a responsabilidade de discutir a questão das demarcações de terras indígenas, o procedimento e a forma de indenização.

Então, quero deixar isso aqui registrado. E é muito importante que os partidos comecem a discutir essa questão, a falar com o Presidente Henrique Eduardo Alves, pois é compromisso de S.Exa. instalar essa Comissão, para a gente começar a debater esse assunto.

É um assunto que o Brasil precisa enfrentar. Não podemos ter medo, e ficar usando subterfúgios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Eu me coloco, na qualidade de Presidente e de Vice-Líder do PMDB, à disposição de V.Exa. para articularmos e vermos o que possível para evitar isso.

Agradecemos aos Deputados, aos Prefeitos. Parabéns por terem vindo aqui. É importante para nós.

Eu tenho um amigo que sempre dizia e li isto num livro — não era dele —: “*Como pode alguém falar de algo que não conhece?*” Então, pelo menos nós já



sabemos, a partir de hoje, esta Comissão, os nossos colegas, o Valtenir, sobre os assuntos.

Agradeço a todas as lideranças dos Municípios e das regiões que se fizeram aqui presentes. Agradeço a todos que vieram voluntariamente. Agradeço à nossa equipe, aos Assessores, ao Valtenir. Não foi fácil chegarmos a esta audiência, haja vista que os Ministros enviaram representantes. No início, houve certo movimento para nós derrubarmos — nós, que eu digo, a Comissão, não eu — o requerimento do Deputado Valtenir. Intermediei essa negociação para que mantivéssemos a audiência pública hoje aqui.

Então, parabéns a todos. Nós estamos fazendo a nossa parte. Contem conosco. Estaremos sempre à disposição de todos vocês. Parabéns pelo trabalho! Ganha o Município, ganha o Estado do Mato Grosso, ganha o País.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)